



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 261/2013

Institui no Estado do Paraná a
Semana de Conscientização e
Combate à Automedicação, a ser
realizada anualmente na primeira
semana do mês de maio.

Art. 1º Fica instituída no Estado do Paraná a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de maio.

Parágrafo único. A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná

Art. 2º Na Semana de Conscientização e Combate à Automedicação deverão ser desenvolvidos os seguintes eventos: palestras de esclarecimentos para a população, propaganda em rádio e TV, distribuição de folhetos informativos, dentre outros.

Parágrafo único. Os eventos descritos neste artigo serão realizados junto à rede pública estadual de ensino e de saúde, não estando os mesmos limitados à Semana de Conscientização e Combate à Automedicação, podendo ser realizados a qualquer tempo.

Art. 3º Para implementar a presente Lei, o Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades e afins.


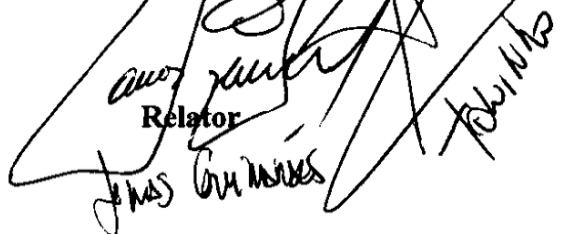
Art. 4º Na Semana de Conscientização e Combate à Automedicação deverá ser divulgada a importância do farmacêutico no ato de dispensação de medicamentos, informando a população sobre sua competência técnica para orientar quanto ao uso seguro de medicamentos isentos de prescrição médica, bem como a de outros profissionais da área que estejam devidamente habilitados.


Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Beto Lito


Relator

JMS Guimarães


Pavinho



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 661/2013

Autoriza a transformação da Autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em Empresa Pública, sob a mesma denominação.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, autarquia estadual criada nos termos da Lei nº 6.249, de 10 de novembro de 1971, em Empresa Pública, sob a mesma denominação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Parágrafo único. A APPA terá sede e foro na cidade de Paranaguá, tendo prazo de duração indeterminado, sub-rogando-se à autarquia em todos os seus direitos e obrigações.

Art. 2º A APPA tem por objetivo a administração e exploração dos portos de Paranaguá e Antonina, nos termos da delegação da União ao Estado do Paraná.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, a APPA poderá exercer outras atividades compatíveis com suas atividades de autoridade portuária, observada a legislação aplicável e seu Estatuto Social.

Art. 3º A APPA terá capital social formado:

I – pelos bens e direitos sub-rogados da autarquia;

II – pelo valor dos equipamentos, móveis e imóveis em utilização e de propriedade da autarquia;

III – outros valores que vierem a ser incorporados.

Art. 4º Constituirão recursos da empresa:

I - as receitas operacionais decorrentes de tarifas, preços públicos, arrendamentos e outros oriundos da prestação dos serviços compatíveis com sua finalidade;

II - os recursos de capital resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;

III - os recursos de operações de crédito, assim entendidos os provenientes de empréstimos e financiamentos obtidos pela empresa;

IV - as receitas patrimoniais;

V – as receitas financeiras;

VI - as doações de qualquer espécie;

VII – os recursos destinados pela União Federal, Estado do Paraná e Municípios;

VIII – outras receitas que lhe forem destinadas.

Art. 5º A APPA gozará da imunidade tributária recíproca de que trata o art. 150, VI, “a”, da Constituição da República.

Art. 6º Ato do Poder Executivo aprovará o Estatuto da APPA.

Parágrafo único. O Estatuto Social da empresa definirá composição, atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis.

Art. 7º A APPA será dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Governador, por indicação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística.

§ 3º A composição e a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão disciplinados no decreto instituidor da empresa.

Art. 8º O regime de pessoal da APPA será o da legislação trabalhista comum, com contratação por concurso público.

Parágrafo único. A APPA poderá promover contratação de pessoal por período determinado, nos termos do que autoriza a legislação trabalhista, cujos contratos terão duração máxima e improrrogável de até dois anos, mediante processo seletivo público que observe os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até cento e oitenta dias contados da publicação.

§ 1º O ato do Poder Executivo que aprovar o Estatuto determinará a data de instalação da empresa.

§ 2º Até que seja aprovado o Estatuto e instalada a empresa, continuarão vigorando as normas legais, regulamentares e regimentais atualmente aplicáveis à autarquia, notadamente em relação aos fins, competências, atribuições, estrutura jurídica, contratos e regime jurídico do pessoal, salvo no que contrariar a presente Lei.

Art. 10. Tendo em vista a necessidade de continuidade dos serviços prestados pela APPA, sua execução orçamentária e financeira, no exercício de 2013, continuará a ser procedida pela Unidade: 7731 - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários à implementação da presente Lei e a criar o Orçamento de Investimentos da APPA.

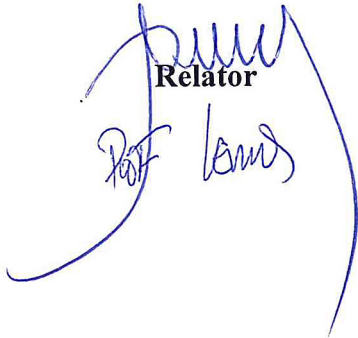
Art. 12. A APPA ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Estadual e ao controle externo exercido pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.




ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator
Prof. Lous



Prof. Lous



Prof. Lous

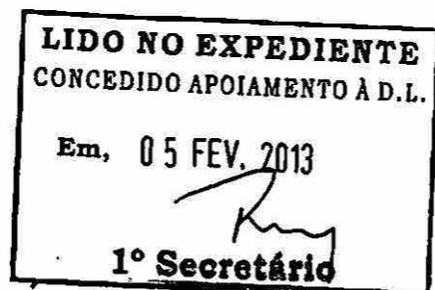


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI N.º 19, DE 2013



Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º Os clubes, entidades mantenedoras, entidades gestoras dos estádios de futebol e estabelecimentos que realizarem a venda de ingressos para partidas oficiais de futebol disputadas em local com capacidade para mais de 15 (quinze) mil espectadores localizados no Estado do Paraná deverão realizar a identificação dos respectivos compradores de ingressos, nos termos desta lei.

Art. 2º Os responsáveis pela realização do evento manterão à disposição das autoridades, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da competição, banco de dados com a identificação dos compradores e frequentadores das partidas de futebol.

Art. 3º Os torcedores e frequentadores dos estádios serão cadastrados no ato da compra dos ingressos, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade.

Parágrafo Único. Não será permitida a venda de ingressos a pessoas que não apresentarem a documentação mencionada no caput deste artigo.

Art. 4º Todos os funcionários dos clubes, das entidades mantenedoras e entidades gestoras, próprios ou terceirizados, que desempenhem alguma atividade nos estádios, deverão portar identificação que permita a visualização do seu nome, função e foto.

Art. 5º Os clubes, entidades mantenedoras e entidades gestoras dos Estádios de futebol que descumprirem o disposto nesta Lei ficam sujeitos às



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



seguintes penalidades, sem prejuízo, conforme o caso, das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - advertência, por escrito, da autoridade competente, esclarecendo que, em caso de reincidência, o infrator estará sujeito à multa;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na segunda infração;

III - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na terceira infração;

IV - cassação do alvará de localização e funcionamento do estádio de futebol, na hipótese de inobservância desta lei, mesmo após a aplicação das penalidades anteriores.

Art. 6º O frequentador de competição oficial de futebol identificado como participante ou incitador de distúrbios, nos estádios e fora deles, estará sujeito às seguintes penalidades:

I - impedimento de adquirir ingressos ou frequentar partida oficial de futebol pelo prazo de 3 (três) meses a 5 (cinco) anos;

II - pagamento de multa no valor correspondente entre 10 (dez) até 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado do Paraná.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2013.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos os eventos esportivos, em especial o futebol, além de mobilizar um grande número de pessoas, adquiriram um caráter específico relacionado à segurança pública, em virtude do aumento do número de ocorrências criminais e situações de violências geradas pela característica irracional e emotiva que envolve a paixão pelo esporte e pelos respectivos clubes de futebol.

Recentes episódios marcantes, tanto em âmbito estadual como nacional, criaram outras perspectivas a respeito da forma de atuação das entidades organizadoras e dos órgãos da administração pública com o público envolvido em eventos de tamanha proporção e de enorme periculosidade.

A obrigatoriedade da identificação dos torcedores através da compra de ingresso se configura como um importante instrumento na efetivação de direitos previstos nos mais variados diplomas legais, como, por exemplo, a Lei Federal n.º 10.671/2003 - Estatuto do Torcedor – que desde 2003 introduziu uma nova relação entre o público, o estádio e o clube promotor do evento, a fim de garantir direitos e garantias constitucionais, promover a dignidade da pessoa humana e fortalecer maior segurança aos eventos esportivos no Brasil.

Seguindo esta tendência, legislações atuais e inovadoras, como produções legislativas do Município de Curitiba e do Estado de São Paulo, já preveem o mecanismo de identificação dos torcedores como instrumento para facilitar o controle do público frequentador de tais eventos e fornecer novos mecanismos para implantação de políticas públicas voltadas à segurança nos estádios.

Desta forma, identificar o público frequentador de estádios no Estado do Paraná é fornecer dados e meios de controle aos órgãos da administração pública estadual na garantia da segurança e de um evento esportivo bem sucedido, possibilitando o reconhecimento de infratores, a sua respectiva punição e exclusão por determinado período de tempo dos eventos desta magnitude,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



seguindo certas medidas já implementadas por motivação do Ministério Público em todo o país.

Isto posto, solicita-se o apoio dos Deputados desta casa na aprovação do presente Projeto de Lei, demonstrando a intenção desta Assembleia em promover medidas de segurança pública que forneçam meios adequados de controle aos órgãos da administração pública, em razão do evidente interesse público concernente a matéria, propiciando segurança à todos os espectadores de eventos futebolísticos realizados no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 019/2013

Projeto de Lei n.º 019/2013

Autor: Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DA IDENTIFICAÇÃO DOS TORCEDORES NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL NO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE LEGISLATIVA. COMPETÊNCIA. ART. 24 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 13, 197 E 198 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe a Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que o assunto envolve a identificação dos torcedores nos estádios de futebol no âmbito do Estado do Paraná.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre consumo e desporto, conforme o artigo 24, incisos V e IX da Constituição Federal.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

Constituição Federal

Ressalta-se que a Constituição do Estado do Paraná vem exatamente no mesmo sentido determinar que é de competência concorrente entre a União e Estado dispor sobre consumo e desporto.

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

V - produção e consumo;

IX - educação, cultura, ensino e desportos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Constituição do Estado do Paraná

Ademais, a própria Constituição do Estado do Paraná afirma que é dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, vide art. 197.

Art. 197. É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:

I - autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;

II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

V - estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;

VI - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;

VII - equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Constituição do Estado do Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Para finalizar os pontos em que fica demonstrada a CONSTITUCIONALIDADE do referido projeto de lei, na Constituição do Estado do Paraná, destaca-se o art. 198.

Art. 198. Caberá ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

Constituição do Estado do Paraná

Ocorre que com relação a eventos esportivos existe a Lei n.º 10.671/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor determina em seu artigo 1º que *"a prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações, ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores."*

No entanto, não há nenhuma previsão no Estatuto do Torcedor com relação à identificação de torcedores.

Assim sendo, o nobre parlamentar no exercício da competência suplementar vem regular, normatizar este assunto no Estado do Paraná.

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

[...]

§ 1º. O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União.

Constituição do Estado do Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo legislador estadual está amparado pelas normas vigentes, sendo o mesmo constitucional.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n.º 95/1998.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 30 de Abril de 2013.

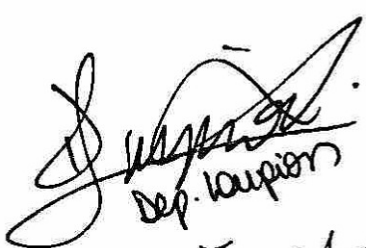

TERUO KATO
Relator


NELSON JUSTUS
Presidente


Dep. Diricles


Dep. Pastor Edson


Dep. Nery


Dep. Irapuan

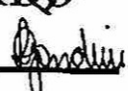

Dep. Nelly


Dep. Tarciso


Dep. Vairano


Dep. Bernado

APROVADO

30.04.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Esportes



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 019/2013

AUTOR: Deputado BERNARDO RIBAS CARLI

SÚMULA: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências".

As mais recentes notícias que circularam nos veículos de informação e nas redes sociais nos últimos tempos sobre os graves acidentes ocorridos nos estádios de futebol, comprometendo a segurança individual dos torcedores que para lá se dirigiram com o objetivo de passar algumas horas de lazer, por certo, motivaram o presente projeto.

Nós temos casos recentes de pessoas de todas as idades que perderam suas vidas em campos desportivos o que tem motivado as autoridades a buscar a identificação para consequente responsabilização dos causadores desses acidentes, seja com armas improvisadas ou com sinalizadores, fogos ou qualquer outro artefato proibido dentro dos estádios.

Nos estádios construídos mais recentemente, já foram colocadas câmeras para identificar os torcedores. Nos estádios construídos dentro do padrão da Federação Internacional de Football Association – FIFA, já existe a exigência de número suficiente e de qualidade comprovada de câmeras que servem para identificar o torcedor baderneiro em qualquer parte do estádio.

No artigo 46 da Constituição Estadual no que se refere à Segurança Pública, está escrito:

Art. 46. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguinte órgãos:

I – Policial Civil; II – Polícia Militar; III – Polícia Científica. Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

À Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe legislar sobre os assuntos que se referem ao bem estar da população, e o projeto de lei, de autoria do nobre deputado Bernardo Ribas Carli, busca – concorrentemente – com o Estatuto do Torcedor, criar normas para que cada vez mais se busque oferecer mais segurança para aqueles que vão aos estádios e identificar aqueles que se aproveitando desses espetáculos esportivos criam confusões e armam brigas de todas as espécies que em muitos casos têm acabado em violência e muitas vezes até em mortes.

Assim sendo, esta Comissão analisando também o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que deu sua opinião favorável, e portanto, cabe a esta relatoria oferecer PARECER FAVORÁVEL à tramitação do presente projeto.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2013.

Deputado NEY LEPREVOST
Presidente

Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora

TERUO
KATO

ELTON
WELTER



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 19/2013

Em exame o Projeto de Lei nº 019/2013, dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol.

Procedida à minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

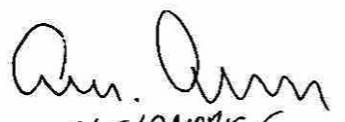
Sala das comissões, em 28/08/2013


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


P. Lupion


Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator


Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator


ALEXANDRE C.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Emenda de Plenário nº 01
DAP 03 DEZ. 2013
Visto Clavairo



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 19/2013

O art. 3º do Projeto de Lei n.º 19/2013 de autoria do Deputado Bernardo Carli, que passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A
OBRIGATORIEDADE DA
IDENTIFICAÇÃO DOS TORCEDORES
NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL.

Art. 3º Os torcedores e frequentadores dos estádios serão cadastrados no ato da compra dos ingressos mediante a apresentação de um documento oficial de identidade, com a vinculação dos dados com comprador identificado ao número do registro do ingresso emitido.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2013.

GRANIZ
D. BATISTA

Pedro Lupia

Teófilo Trini

Bernardo Ribas Carli
BERNARDO RIBAS CARLI
DEPUTADO ESTADUAL

Marcelo

Delinoti



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente *Emenda Modificativa* ao Projeto de Lei n.º 19/2013 na necessidade de normatização a respeito da vinculação do número do registro do ingresso expedido aos dados do comprador identificado, facilitando a obtenção dos dados do responsável quando necessário.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre a emenda de plenário apresentada pelo autor da proposição no Projeto de Lei nº 19/2013, de autoria do Deputado Bernardo Carli que: *“Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádio de futebol.”*

Relator: Deputado Pedro Lupion

I – RELATÓRIO.

Trata-se de emenda apresentada em plenário pelo autor, em relação ao Projeto de Lei (PL) nº 19/2013, de autoria do Deputado Estadual Bernardo Carli, o qual objetiva obrigar a identificação de torcedores nos estádios de futebol.

Dispensando-se o relatório em relação ao PL propriamente dito, passo a realçar a proposta de emenda ofertada em plenário.

De acordo com a emenda apresentada, altera o artigo 3º da proposição, passando o mesmo a ter o seguinte teor:

“Art. 3º. Os torcedores e frequentadores dos estádios serão cadastrados no ato da compra dos ingressos mediante a apresentação de um documento oficial de identidade, com a vinculação dos dados com comprador identificado ao número do registro do ingresso emitido.”

Desta forma, uma vez apresentada a proposição retornou a esta Comissão de Constituição e Justiça para análise exclusivamente com relação à a constitucionalidade e demais aspectos, aqueles regimentalmente previstos, sendo o Parlamentar que ora subscreve designado como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

II – ANÁLISE E VOTO

Inicialmente, cumpre-me contextualizar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise da emenda apresentada.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto da emenda, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Em relação a legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, qualquer membro da Assembleia

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *‘O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade’*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Legislativa possui legitimidade para apresentar as proposição em análise, não havendo qualquer óbice neste tocante.³

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições, com efeito o artigo 141 menciona:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP).

O referido diploma legal, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

³ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



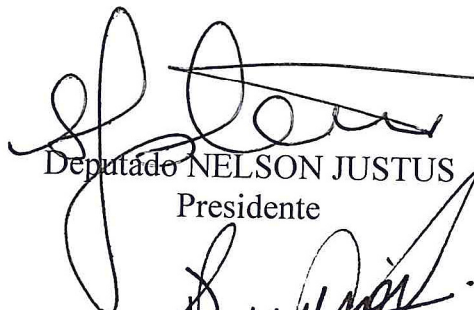
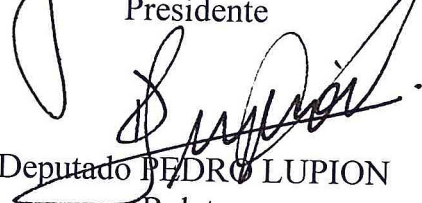
PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



III - CONCLUSÃO

Diante do exposto por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa apresentada em Plenário no Projeto de Lei nº 19/2013, ambos de autoria do Deputado Bernardo Carli.

Sala das Comissões, 09 de Dezembro de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator


Dep. Senador


Dep. Carli

Dep. Carli


Dep. Traiano


Dep. Pericles

Dep. Tadeu

Dep. Pastor

APROVADO
09.12.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

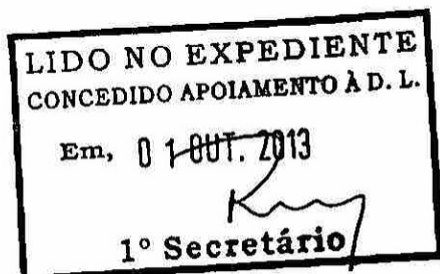
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Projeto de Lei nº

493/13



SÚMULA: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor João Darcy Ruggeri

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor João Darcy Ruggeri.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2013.


Péricles de Holleben Mello
Deputado Estadual

15:38 01/10/2013 008545 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Justificativa

O presente Projeto de Lei propõe conceder o título em questão com o objetivo de homenagear o Doutor João Darcy Ruggeri, auditor da Receita Federal e advogado, nascido em 28 (vinte e oito) de julho de 1924, em Porto Alegre.

Após o estudo de Seminarista, Ruggeri dedicou-se às atividades do comércio, indústria, transporte e Rádio Difusão. Na condição de Sócio, fundou a Rádio Colmeia de Porto União, revolucionando a radiofonia local com apresentação de artistas da época e transmissões de futebol, como Brasil x Argentina, Brasil x Portugal, diretamente do Estádio do Maracanã em 1958.

Atuou como Tabelião de Notas e do Registro Civil; foi chefe de gabinete de Relações Públicas do então secretário Paulo Pimentel; e mediante concurso público, foi nomeado Economista da Fazenda Pública do Paraná.

Junto ao Instituto de Previdência do Estado - Ipê exerceu as funções de Diretor-Geral e Superintendente interino. Nesta época foi criado o Posto do Ipê em União da Vitória por proposição do Doutor João.

Foi eleito pelo Jornal Diário do Paraná, Diretor Estadual do ano em 1967. Neste mesmo ano foi agraciado com Voto de Louvor pela Assembleia Legislativa do Paraná.

Na Fundação Nacional do Índio-FUNAI, com abrangência nos Estados do Paraná, Santa Catarina e parte do Estado de São Paulo, atuou como delegado, destacando-se pelas corajosas intervenções e decisões por ocasião da revolta dos índios do Toldo Ximbandue. Em Chapecó-SC, coordenou os entendimentos com os colonos evitando a violência, também reprimiu a invasão a áreas contíguas as da Reserva Indígena de Mangueirinha/PR.

É membro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba há mais de 18 anos e membro fundador da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas de Curitiba. Conselheiro do Movimento do Centro Cívico Inovador desde 1992, Instituição defensora dos princípios da Ética, Civismo e Patriotismo.

Doutor João é o fundador da Academia de Cultura de Curitiba. Sempre atuando como Vice- Presidente e Presidente iniciou seus mandatos em 1999 e seu mandato atual vai até 2015.

O advogado é membro do Centro de Letras do Paraná desde 1997, também é membro fundador da Academia de Letras do Vale do Iguaçu-ALVI, Vice – Presidente e atual Presidente da Academia Sul Brasileira de Letras, seção Paraná, ainda, membro da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Academia de Cultura do Paraná (sede em Londrina) e fundador da Academia de Cultura Precursora da Expressão- ACCUPRE (em Porto União e União da Vitória).

Cursou especializações na área de Direito Penal, Processo Penal, Direito Civil, Processo Civil, Direito de Família, Direito Constitucional, Direito Fiscal e Tributário, Direito Trabalhista, Direito Administrativo, Direito Internacional, Direito Público e Privado.

Recebeu vários títulos e comendas, tais como: Vereador do Ano em 1962 em União da Vitória e Troféu Imprensa do Paraná - 1989. Em 1994 lhe foi concedido o título de Cidadão Honorário de Curitiba, outorgado pela Câmara de Vereadores. Neste ano, recebeu a Comenda de Ordem "Do Pacificador" outorgada pelo Excelentíssimo Presidente da República e a Comenda de Ordem "do Mérito Santos Dumont" outorgada pelo Ministério da Aeronáutica.

Em 1995 recebeu a Comenda "Da Ordem do Mérito Militar", no grau de cavaleiro (maior graduação para civis), outorgada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por proposição do Alto Comando do Exército Brasileiro.

No grau de Comendador recebeu em 1996 a Comenda "da Honorífica Ordem da Cultura-HOC", também no grau de Comendador foi outorgada Comenda pela Sociedade de Estudos dos Problemas Brasileiros-Brasília, registrada e autorizada pelo Ministério da Educação, em 1999.

Dentro muitas outras medalhas e comendas que não foram aqui citadas, indica-se também a de Cidadão Honorário de União da Vitória, concedida em 2008.

Por sua atuação solicitamos a esta Casa de Leis a aprovação da presente proposição que visa homenagear Doutor João Darcy Ruggeri pela dedicação, brilhantismo e serviços prestados em prol de nossa sociedade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 473/2013

Projeto de Lei nº. 473/2013
Autor: Deputado Péricles de Mello.

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. João Darcy Ruggeri.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor João Darcy Ruggeri.



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.



No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora preposição, a mesma deverá ser substituída, uma vez que o homenageado nasceu em Porto Alegre, portanto fora do estado do Paraná, devendo o projeto ser adequado para Título de Cidadão Honorário e não Benemérito.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury




legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.


Sala das Comissões, novembro de 2013.


NELSON JUSTUS
Presidente


PR. EDSON PRACZYK
Deputado Estadual/PRB

APROVADO

09.12.13 


Dep. Furioni

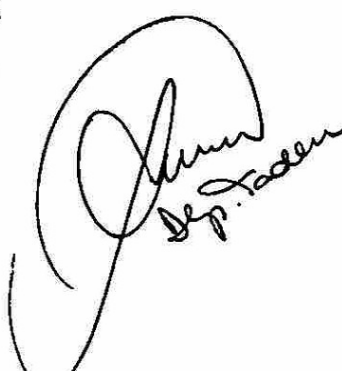

Dep. Corio


Dep. Moiauro


Dep. Nereu


Dep. Cabral


Dep. Bupich


Dep. Tadeu



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 473/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 473/2013, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Concede o título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao Sr. João Darcy Ruggeri.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor João Darcy Ruggeri.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, novembro de 2013.

Carla Milani
Dep. Orelha

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
Presidente

Edson Praczyk
PR. EDSON PRACZYK
Deputado Estadual/PRB

Dep. Orelha

APROVADO
09.12.13 B

Dep. Tugiani

Dep. Tugiani
Dep. Tugiani
Dep. Tugiani



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 14 OUT. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 509 /2013

Revoga a Lei nº 7.723/1983.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 7.723, de 20 de julho de 1983.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO


Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TERCÍLIO TURINI**

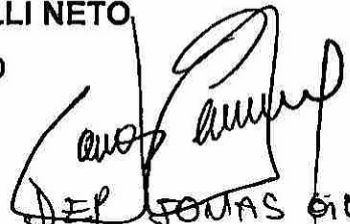
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO


DEP JONAS GUIMARÃES
SUPLENTE

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 7.362, de 19 de setembro de 1980 já havia concedido o título de Utilidade Pública à Casa do Bom Menino de Arapongas, com sede e foro em Arapongas. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei mencionada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Lei 7723 - 20 de Julho de 1983

Publicado no Diário Oficial nº. 1585 de 25 de Julho de 1983

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS", com sede e foro na cidade de Arapongas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a "CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS", com sede e foro na cidade de Arapongas.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de julho de 1983.

José Richa
Governador do Estado

Luiz Cordoní Junior
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 509/2013

Projeto de Lei nº. 509/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: Revoga a Lei nº 7.723/1983.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 7.723/1983
QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE
PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER
FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 7723/1983. Súmula: Declara de Utilidade Pública a "CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS", com sede e foro na cidade de Arapongas.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 7.362/1.980. Súmula: Fica declarada de utilidade pública a Casa do Bom Menino de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 7.723/1983.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de Dezembro de 2013.

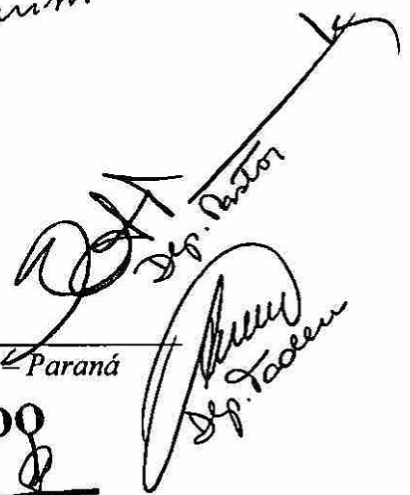

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Peixoto


Dep. Luciano


Dep. Turini


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09/12/13


Dep. Tacian



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 14 OUT 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 510 /2013

Revoga a Lei nº 7.750/1983.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 7.750, de 14 de outubro de 1983.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

14:50 14/10/2013 008754 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TERCÍLIO TURINI**

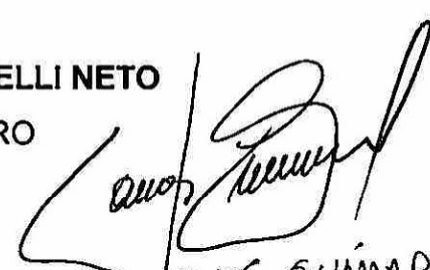
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO


Dep. **JONAS GUIMARÃES**
SUPLENTE

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 6.990, de 30 de dezembro de 1983 já havia concedido o título de Utilidade Pública ao Serviço de Obras Sociais de Apucarana - SOS, com sede e foro em Apucarana. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2013.



Lei 7750 - 14 de Outubro de 1983

Súmula: Declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APUCARANA" - S.O.S., com sede e foro na cidade de Apucarana.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APUCARANA" - S.O.S., com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de outubro de 1983.

José Richa
Governador do Estado

Luiz Cordoní Junior
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 510/2013

Projeto de Lei nº. 510/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: Revoga a Lei nº 7.750/1983.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 7.750/1983
QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE
PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER
FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 7750/1983. Súmula: Declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APUCARANA" - S.O.S., com sede e foro na cidade de Apucarana.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.990/1.977. Súmula: Fica declarada de utilidade pública o Serviço e Obrar Sociais- S.O.S, com sede e foro na Cidade de Apucarana.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 7.750/1983.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de Dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Vileles


Dep. Traiano


Dep. Trindade

APROVADO

09/12/13 

Praça Nossa Senhora da Salette - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

532/13

Súmula: Dá nova redação ao art. 3º da Lei Estadual nº 12.317, de 1998.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei Estadual nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por vinte e um membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, sendo:

I – um magistrado, indicado por ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

II – três advogados, indicados por ato do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná;

III – um médico legista, indicado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

IV – dois membros do Ministério Público Estadual, indicados por ato do Procurador-Geral de Justiça;

V – um membro do Ministério Público Federal no Paraná, indicado por ato do Procurador-Geral da República;

VI – um Procurador do Estado, indicado por ato do Procurador-Geral do Estado do Paraná;

VII – dois bacharéis em Direito, representando a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos ou a Secretaria de Estado da Segurança Pública, indicados, respectivamente, por ato do Secretário de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e do Secretário de Estado da Segurança Pública;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VIII – três professores que comprovem atual exercício da docência nas áreas de Direito Penal, Direito Processual Penal ou ciência correlata, indicados pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

IX – dois representantes da comunidade, de livre escolha do Governador do Estado, com experiência coerente às atribuições do Conselho Penitenciário;

X – um membro da Defensoria Pública Federal, indicado por ato do Defensor Público-Geral da União;

XI – dois membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, indicados por ato do Defensor Público-Geral do Estado do Paraná;

XII – um Agente Penitenciário, indicado pelo Diretor do Departamento de Educação Penal – DEPEN/SEJU;

XIII – um representante da sociedade civil com atuação obrigatoriamente ligada à área penal e experiência de, no mínimo, dois anos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Estaduais nºs 12.377, de 28 de dezembro de 1998 e 14.556, de 09 de dezembro de 2004.

Palácio do Governo, em 15 de outubro de 2013.

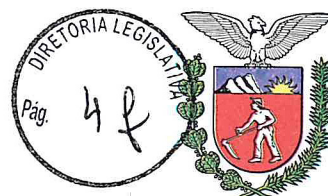


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 124/2013

Curitiba, 15 de outubro de 2013.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 16/10/13

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 3º da Lei Estadual nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, que instituiu, na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, assim como visa, também, revogar as Leis Estaduais nºs 12.377, de 28 de dezembro de 1998 e 14.556, de 09 de dezembro de 2004, que alteraram o referido dispositivo cuja nova redação é proposta.

A presente proposta justifica-se pela necessidade de adequação da legislação estadual à legislação federal, especificamente quanto ao art. 18, inciso VIII e art. 64, da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que garantem ao Defensor Público Federal e ao Defensor Público Estadual, respectivamente, direito a voz e voto no Conselho Penitenciário do Estado.

Os referidos dispositivos da legislação federal dispõem:

“Art. 18. Aos Defensores Públicos Federais incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhes, especialmente: (Redação dada pela Lei Complementar Federal nº 132, de 2009).

...

VIII – participar, com direito de voz e voto, do Conselho Penitenciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

...

Art. 64. Aos Defensores Públicos do Distrito Federal e dos Territórios incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses dos necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas, cabendo-lhes especialmente:

...

VIII – participar, com direito a voz e voto, do Conselho Penitenciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

...”

Com o anexo Anteprojeto de Lei será estimulada e ampliada a natureza democrática e representativa do Conselho Penitenciário Estadual, à medida que se trata de

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.514.063-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

1444 21/10/2013 08:59:22 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

órgão consultivo e relacionado à execução penal do Estado do Paraná, política pública essa de alta relevância.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado


SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 12317 - 28 de Agosto de 1998

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 5325 de 31 de Agosto de 1998

Súmula: Institui, na estrutura da SEJU, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, conforme específica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, como órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, com sede na capital e competência em todo o Estado, podendo tomar e propor as medidas complementares e instrutivas, tanto de ordem técnica quanto jurídicas necessárias ao seu regular processamento.

Art. 2º. Caberá ao Conselho Penitenciário:

I - a emissão de parecer sobre livramento condicional, indulto, comutação de pena;

II - a inspeção de estabelecimento e serviços penais;

III - a supervisão dos patronatos, bem como da assistência do Poder Público aos egressos;

IV - a apresentação, no primeiro trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;

V - o assessoramento em nível superior, do Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, nos temas relacionados com a execução penal e com a política penitenciária do Estado do Paraná;

VI - organizar e presidir a cerimônia de livramento condicional, a ser realizada solenemente em dia marcado pelo Presidente do Conselho Penitenciário;

VII - representar à autoridade competente, sobre irregularidades verificadas nos estabelecimentos prisionais sediados no Estado, sugerindo as medidas adequadas;

VIII - propor, desde que provocado pelos interessados, o indulto individual e o livramento condicional de sentenciados que preencham as condições legais;

IX - requerer à autoridade judiciária competente a extinção da pena privativa de liberdade, expirado o prazo do livramento condicional sem revogação ou, se praticada nova infração, for o liberado ou absolvido por sentença irrecorrível;

X - cumprir as atribuições definidas na Lei de Execuções Penais;

XI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

~~**Art. 3º.** O Conselho Penitenciário do Estado será composto por 15 (quinze) membros titulares e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de quatro anos, a saber:-~~

~~**Art. 3º.** O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por dezesseis membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.
(Redação dada pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

Art. 3º. O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por dezessete membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário

de Estado da Justiça e da Cidadania.
(Redação dada pela Lei 14556 de 09/12/2004) (vide ADIN 1909-2)

~~I – um magistrado; (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~II – um advogado; (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~III – três professores da área de direito penal, direito processual penal ou ciências correlatas;
(Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~IV – dois professores de medicina legal; (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~V – três profissionais da área jurídica; (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~VI – um membro do Ministério Público Federal; (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~VII – um membro do Ministério Público Estadual; (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~VIII – um Bacharel de Direito com experiência na Secretaria de Justiça e da Cidadania ou na
Secretaria de Segurança Pública; (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

~~IX – um membro da comunidade escolhido entre pessoas que tenham desempenhado funções de
relevância, seja na área da sociedade, seja no setor público, ou que tenha notório saber
concernente ao conteúdo das atribuições do Conselho Penitenciário; (Revogado pela Lei 12377,
de 28/12/1998)~~

~~X – um bacharel em direito, que também desempenhará funções de secretário do Conselho.
(Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

§ 1º. O Procurador Chefe da Procuradoria da República no Paraná e o Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, poderão submeter ao Governador do Estado, lista tríplice dos membros referidos nos incisos VI e VII, dentre os sem atuação na área da persecução penal ou da execução penal e que não tenham sua participação vedada pela Lei 8.625/93.

§ 1º. O Conselho será integrado por professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário, bem como representantes da comunidade.
(Redação dada pela Lei 12377, de 28/12/1998)

§ 2º. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, poderá submeter ao Governador do Estado uma lista tríplice com nomes de advogados, que não tenham sua participação vedada pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e que não propicie a captação de clientela, com base na qual este fará a nomeação do membro titular e de seu respectivo suplente.

§ 2º. As nomeações também poderão recair em professores, servidores e funcionários aposentados ou em inatividade.
(Redação dada pela Lei 12377, de 28/12/1998)

§ 3º. O Presidente do Tribunal de Justiça indicará ao Governador do Estado os nomes dos magistrados para membro titular e suplente, com base na qual será feita a respectiva nomeação.

§ 3º. A forma de provimento das funções de membros efetivos e suplentes do Conselho Penitenciário, será regulamentada por decreto do Governador do Estado.
(Redação dada pela Lei 12377, de 28/12/1998)

§ 4º. Caso não seja submetida a lista tríplice a que se referem os parágrafos anteriores até trinta dias antes do término no mandato dos respectivos membros, o Governador do Estado fará a nomeação à sua livre escolha. (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)

§ 5º. As indicações e nomeações poderão recair em magistrados, promotores ou procuradores e funcionários aposentados ou inativos. (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)

§ 6º. Os membros referidos nos incisos III, IV, V, VIII, IX E X serão indicados pelo Secretário de Estado de Justiça e Cidadania. (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)

§ 7º. Para efeito do provimento das vagas existentes na data desta lei e das novas por ela criadas, o Governador nomeará, por proposta do Secretário da Justiça e da Cidadania, os respectivos membros faltantes de forma a completar o quadro do Conselho Penitenciário.
(Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)



Art. 4º. O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania poderá participar das reuniões do Conselho, com direito a voto.

Art. 5º. Os suplentes poderão ser convocados, independente de vacância do titular, para colaborar com o Conselho, participando de suas sessões, quando este a seu juízo, achar necessário.

~~**§ 1º.** No caso de renúncia ou vacância dos membros titulares referidos nos incisos I, II, VI e VII do artigo 3º desta Lei, o Presidente do Conselho Penitenciário a comunicará às autoridades respectivas para adoção das providências referidas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 3º desta lei. (Revogado pela Lei 12377, de 28/12/1998)~~

Art. 6º. O Governador do Estado do Paraná designará, dentre os membros do Conselho Penitenciário, em lista tríplice por este oferecida, entre seus membros, o seu Presidente, que terá mandato de 2 anos.

Art. 7º. O mandato dos membros titulares e suplentes do Conselho Penitenciário terá duração de quatro anos, contados da data da publicação do Decreto de Nomeação no órgão oficial, ressalvados os mandatos em curso, anteriores a entrada em vigor desta lei.

Art. 8º. Os Conselheiros e seus respectivos suplentes, poderão ser designados pelo Presidente para presidir as cerimônias de livramento condicional.

Art. 9º. O Conselho Penitenciário adaptará seu Regimento Interno às disposições da presente lei, o qual será homologado pelo Secretário de Justiça e Cidadania.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania colocará à disposição do Conselho Penitenciário a estrutura necessária ao seu funcionamento regular, fornecendo-lhe pessoal, sede e suporte administrativo.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 9º e 10 do Decreto Estadual nº 609, de 23 de julho de 1991.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 28 de agosto de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Eduardo Rocha Virmond
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

[topo](#)

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 532/2013

Projeto de Lei nº. 532/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 124/2013

Súmula: Dá nova redação ao art. 3º da Lei Estadual nº 12.317, de 1998.

EMENTA: CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO. COMPOSIÇÃO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA ADITIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa alterar o Art. 3º da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, referente à composição do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, revogando as Leis Estaduais nº 12.377, de 28 de dezembro de 1998 e 14.556, de 09 de dezembro de 2004.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Da análise do presente projeto de lei observa-se que, o objetivo é determinar a composição do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, incluindo membros da Defensoria Pública Federal e Estadual, conforme previsto na Lei Complementar Federal nº 80/1994, atualizada em 2009, arts. 18, III e 108,II.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu Art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)

Considerando que o Conselho Penitenciário do Estado é órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, cuja estrutura prevista pela Lei nº 12.317/1998, vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça




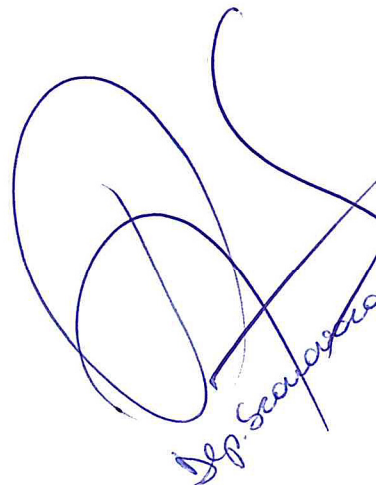
CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda Aditiva em anexo, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

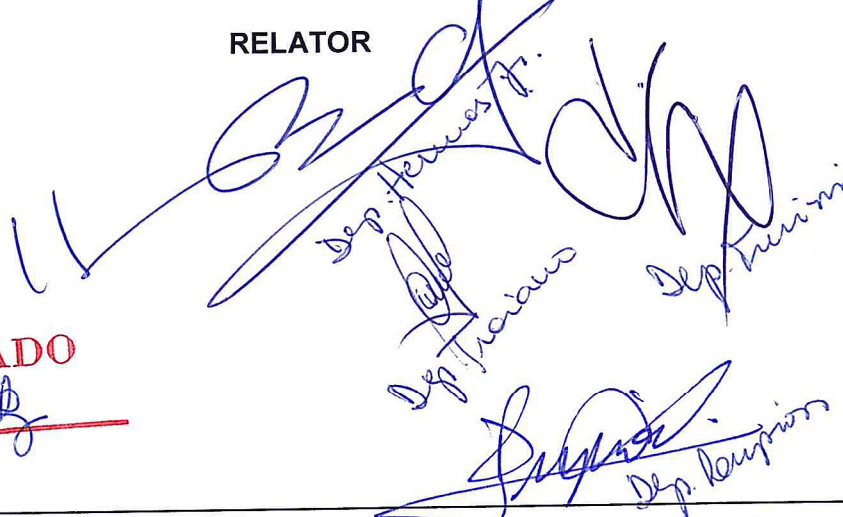
Sala das Comissões, 05 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR


Dep. Secapaco


Dep. Tadeu


Dep. Feres
Dep. Traiano
Dep. Trini

APROVADO
12.11.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 532/2013

Acresce o inciso VII ao Projeto de Lei nº 532/2013, de autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk, renumerando os demais.

"Inciso VII – um deputado, indicado por ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

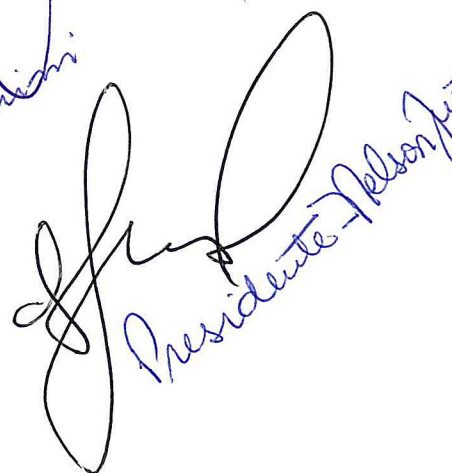

Pr. Edson Praczyk
Deputado Estadual/PRB

Relator


Dep. Hermes D.


Dep. Tarcísio


Dep. Tadeu


Presidente Nelson F. de Souza

APROVADO
12.11.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 532/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 124/13, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, no que tange à composição do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, revogando as Leis Estaduais nºs 12.377, de 28 de dezembro de 1998 e 14.556, de 09 de dezembro de 2004.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pastor Edson Praczyk, que exarou o devido parecer favorável na forma de Emenda Aditiva, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, visa estimular e ampliar a natureza democrática e representativa do Conselho Penitenciário Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual, e ainda, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

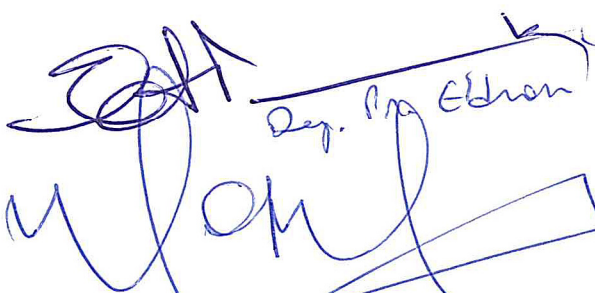

É o parecer.

Sala das Comissões, 27/11/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR


Dep. Durian


Dep. Pro Etkon

Dep. Waldir

PARECER AO PROJETO DE LEI 532/2013.

Projeto de Lei n.º 532/2013

Autor: Governador do Estado

Súmula: DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º DA LEI ESTADUAL N.º 12.317, DE 1998.

EMENTA: ADEQUA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO AO ARTIGO 18, INCISO VIII E ARTIGO 64 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N.º 80 DE 12 DE JANEIRO DE 1994, QUE GARANTEM AO DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL E AO DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL, RESPECTIVAMENTE, DIREITO DE VOZ E VOTO NO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO. O PROJETO VEM A ADEQUAR AS NORMAS ESTADUAIS ÀS NORMAS FEDERAIS, DANDO AMPLITUDE AO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO ESTADO. PARECER PELA APROVAÇÃO COM EMENDA ADITIVA APRESENTADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei, de autoria do Governador do Estado tem por intuito alterar o artigo 3º da Lei Estadual n.º 12.317 de 1998, incluindo no Conselho Penitenciário do Estado membros do Ministério Público Federal e Estadual.

O projeto já foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça que após apresentar emenda aditiva, a qual acrescentou o inciso VII ao projeto de lei para que um deputado indicado por ato do presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná também passe a compor o Conselho Penitenciário do Estado, teve parecer favorável, tendo sido encaminhado pela Diretoria Legislativa à presente Comissão de Segurança Pública para apreciação e parecer.

Conforme preconiza o Artigo 33-H do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Segurança Pública:

“manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar, à Polícia Civil, assim como àquelas referentes à ordem e à segurança pública”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Segurança Pública

DIRETOR
Pág. 1
α

Assim nos cabe analisar o referido projeto sob a ótica das garantias constitucionais referentes à ordem e segurança pública. O conselho Penitenciário do Estado é órgão vinculado à Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, e incluir dentro deste conselho membros das Defensorias Públicas Federais e Estaduais, vem de encontro com as normas federais, bem como traz mais representatividade ao conselho, vindo de encontro aos anseios e normas gerais de Segurança Pública.

Da mesma forma ter um Deputado Estadual compondo o referido conselho, é de extrema importância para a representação do poder legislativo estadual, devendo a emenda aditiva da Comissão de Constituição e Justiça ser incorporada à proposta legislativa seguindo juntamente com o projeto, pelo que não encontramos nenhum óbice à continuidade de sua tramitação.

Ante o exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** e continuidade da tramitação do projeto e da emenda aditiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, com **PARECER FAVORÁVEL DESTA COMISSÃO**.

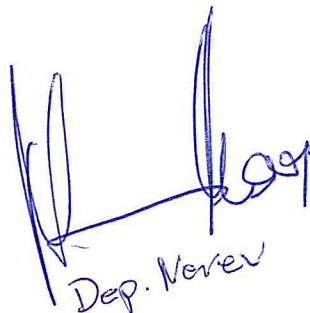
Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2013.



DEPUTADO MAURO MORAES

PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

RELATOR


Dep. Norev


Dep. Vitor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 21

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 21 OUT. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 534 /2013

Revoga a Lei nº 13.016, de 11 de dezembro de 2000.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 13.016, de 11 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

DEP. ROSE LITRO - SUPLENTE

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


15113 21/10/2013 009053 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 12.595, de 8 de junho de 1999, alterada pela Lei nº 12.994, de 24 de novembro de 2000, já havia concedido o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família – APMF de Campo Magro. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

A questão foi levantada pela Comissão Especial instituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013, por proposição do Deputado Caíto Quintana, para averiguar e relacionar essas instituições.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LEI Nº 13.016 DE 11/12/2000

Publicado no Diário Oficial Nº 5884 de 12/12/2000

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF, com sede no município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF, com sede no município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré.

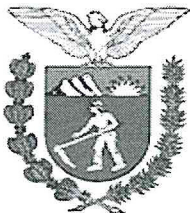
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 11 de dezembro de 2000.

EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício.

FANI LERNER
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

JOSÉ CID CAMPELO FILHO
Secretário de Estado do Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 534/2013

Projeto de Lei nº. 534/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Rose Litro.

Súmula: Revoga a Lei nº 13.016, de 11 de dezembro de 2000.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 13.016/2000 QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Rose Litro, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 13016/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF, com sede no município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:

Lei 12.595/1.999. Súmula: Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família- APMIF de Campo Magro, com sede no município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré.

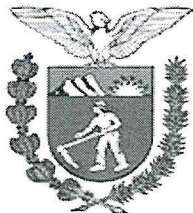
FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 13.016/2000.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de Dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Turini



Dep. Pericles


Dep. Triciao


Dep. Tadeu

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APPROVADO

03.12.13 



PROJETO DE LEI Nº 535 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 OUT 2013

1º Secretário

Revoga a Lei nº 7.083, de 5 de
janeiro de 1979.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 7.083, de 5 de janeiro de 1979.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO
DEP. ROSE LITRO - SUPLENTE

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Nos termos da legislação vigente à época e segundo os preceitos legais em vigor na atualidade, só podem ser declaradas de utilidade pública entidades sem fins lucrativos e com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, constituídas no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado.

O Lar Fabiano de Cristo tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do mesmo nome.

Outrossim, a Lei nº 16.888, de 1º de agosto de 2011, em seu art. 4º, traz requisitos a serem seguidos pelas entidades beneficiadas, os quais não vêm sendo cumpridos.

Portanto, a concessão efetuada é ilegal e não pode proceder, pelo que entende a Comissão Especial para averiguar e relacionar essas instituições, constituída pelo Ato do Presidente nº 13/2013, por proposição do Deputado Caíto Quintana, pela necessidade de cassação do Título de Utilidade Pública através da revogação da referida Lei.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LEI Nº 7.083 DE 05/01/1979

Publicado no Diário Oficial nº. 462 de 9 de Janeiro de 1979

Súmula: Declara de Utilidade Pública o LAR FABIANO DE CRISTO, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, entidade mantenedora da casa assistencial Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública o LAR FABIANO DE CRISTO, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, entidade mantenedora da casa assistencial Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de janeiro de 1979.

Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

Hélio Figueiredo Freire
Secretário de Estado da Saúde e do bem-estar Social



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 535/2013

Projeto de Lei nº. 535/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Rose Litro.

Súmula: Revoga a Lei nº 7.083, de 05 de janeiro de 1979.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 7.083/1979 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO TÍTULO - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Rose Litro, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 7.083/79. Súmula: Declara de Utilidade Pública o LAR FABIANO DE CRISTO, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a entidade que não possui foro no Estado do Paraná, impossibilitando que a concessão ocorresse.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e
do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob
a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Assim, em prosseguimento a análise da matéria, conforme o Artigo 1º, inciso I, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública devem ser constituídas no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no estado.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de Dezembro de 2013.

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Luciano

[Assinatura]
Dep. Paulo

[Assinatura]
Dep. Francisco

[Assinatura]
Dep. Tadeu
[Assinatura]
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09/12/13 *[Assinatura]*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 04 NOV. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 571 /2013

Altera a Lei nº 6.090/1970.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 6.090, de 6 de abril de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém-Nascido – AFAN, com sede e foro no Município de Curitiba.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 6.090, de 6 de abril de 1970 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação Feminina de Amparo ao Recém-Nascido - AFAN. Contudo, houve alteração no Estatuto Social da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém-Nascido - AFAN.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.



Lei 6090 - 06 de Abril de 1970

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Feminina de Amparo ao Recém-Nascido - AFAN.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA DE AMPARO AO RECÉM-NASCIDO - AFAN, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVÉRNO EM CURITIBA, em 6 de abril de 1970.

Paulo Pimentel

José Vaz de Carvalho

Alterar Denominação



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 571/2013

Projeto de Lei nº. 571/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 6.090/1970.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.090/1970 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO FEMININA DE AMPARO AO RECÉM- NASCIDO- AFAN" PARA "ASSOCIAÇÃO FEMININA DE AMPARO AO DEFICIENTE E RECÉM- NASCIDO- AFAN" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.090/ 1970. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Feminina de Amparo ao Recém-Nascido - AFAN.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Feminina de Amparo ao Recém- Nascido- AFAN" para "Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém- Nascido- AFAN", conforme consta sua razão social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de Dezembro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROVADO

09.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 572 /2013

Altera a Lei nº 5.731/1968.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 5.731, de 31 de janeiro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Civil Carmelitas da Caridade, com sede e foro em Maringá.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 5.731, de 31 de janeiro de 1968 concedeu o título de Utilidade Pública à Sociedade Civil Carmelitas da Caridade. Contudo, houve alteração no Estatuto Social da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação Civil Carmelitas da Caridade.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 5731 - 31 de Janeiro de 1968

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 276 de 2 de Fevereiro de 1968

Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Civil "Carmelitas da Caridade", com sede em Maringá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica considerada como de utilidade pública a Sociedade Civil "Carmelitas da Caridade", com sede na cidade de Maringá.**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 31 de janeiro de 1968.

Paulo Pimentel

Ítalo Conti

ALTERAR Denominação

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



CELEPAR

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

Rua. Av. Brasil, 5354 Cep. 87015-280

Data: 22/05/12 à 22/05/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 572/2013

Projeto de Lei nº. 572/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 5.731/1968.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 5.731/1968 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "SOCIEDADE CIVIL CARMELITAS DA CARIDADE" PARA "ASSOCIAÇÃO CIVIL CARMELITAS DA CARIDADE" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 5.731/ 1968. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Civil "Carmelitas da Caridade", com sede em Maringá.

O projeto pretende modificar a denominação da "Sociedade Civil Carmelitas da Caridade" para "Associação Civil Carmelitas da Caridade", conforme consta sua razão social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

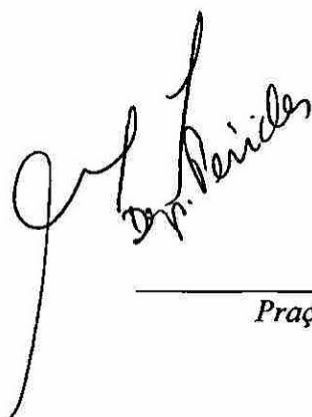
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

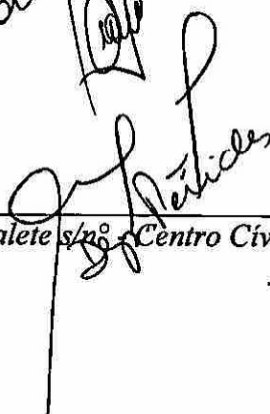
Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Pericles


Dep. Carlos


Dep. Pericles


Dep. Furiani


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 04 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 574 /2013

Altera a Lei nº 12.736/1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.736, de 30 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro no Município de Peabirú."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

04/11/2013 009529 DAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante do equívoco no nome da entidade.

A Lei nº 12.736, de 30 de novembro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac. Contudo, houve equívoco no processo legislativo, uma vez que, pelo Estatuto Social, verifica-se que o nome correto da instituição é Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Olavo Bilac.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.



Lei 12736 - 30 de Novembro de 1999

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5630 de 1 de Dezembro de 1999

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro no município de Peabirú.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro no município de Peabirú.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de novembro de 1999.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Alcyone Vasconcelos Saliba
Secretária de Estado da Educação

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Alterar

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



PL 413/99

Divulgação: 2012 a 2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 574/2013

Projeto de Lei nº. 574/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.736/1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.736/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL OLAVO BILAC” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO COLÉGIO ESTADUAL OLAVO BILAC” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.736/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro no município de Peabirú.

O projeto pretende modificar a denominação da “Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac” para



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



"Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Olavo Bilac", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 098

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

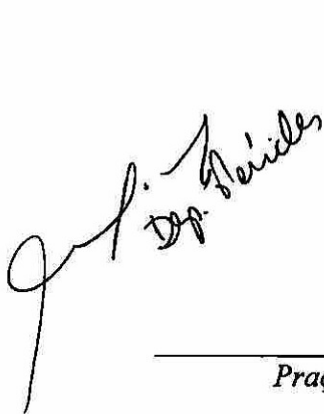
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Dep. Fátima


Dep. Carlos


Dep. Peixoto


Dep. Moisés


Dep. Tassinari


Dep. Tadeu


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 575/2013

Revoga a Lei nº 14.488/2004.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 14.488, de 28 de julho de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 13.813, de 6 de novembro de 2002 já havia concedido o título de Utilidade Pública à Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro nesta Capital. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 14488 - 28 de Julho de 2004

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 6781 de 28 de Julho de 2004**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na cidade de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na cidade de Curitiba.☐ **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 28 de julho de 2004.

Orlando Pessuti
Governador do Estado, em exercício*Roque Zimmermann*
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social*Rogério Helias Carboni*
Chefe da Casa Civil, em exercício*CANCELAR. Tomada de decisão*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 575/2013

Projeto de Lei nº. 556/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 14.488/2004.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 14.488/2004
QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE
PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER
FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 14.488/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:

Lei 13.813/2002. Súmula: Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro nesta Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 14.488/2004.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de Novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR









Dep. Tasso


Dep. Bastos

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.12.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 04 NOV. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 576 /2013

Revoga a Lei nº 14.754/2005.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 14.754, de 24 de junho de 2005.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 6.989, de 30 de dezembro de 1977 já havia concedido o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand - APAE, com sede e foro em Assis Chateaubriand. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

**Lei 14754 - 24 de Junho de 2005**

Publicado no Diário Oficial nº. 7015 de 11 de Julho de 2005

Súmula: Declara de utilidade pública estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand- APAE", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:
(Projeto de Lei nº 148/2005, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa)

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand- APAE," com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de junho de 2005.

Hermes Brandão
Presidente

CANCELAR Esta Lei. (duplicidade)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 576/2013

Projeto de Lei nº. 576/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 14.754/2005.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 14.754/2005
QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE
PÚBLICA- DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER
FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 14.754/2005. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand- APAE", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:

Lei 6.989/1977. Súmula: Fica declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND- APAE, com sede e foro na cidade do mesmo nome.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 14.754/2005.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de Novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE

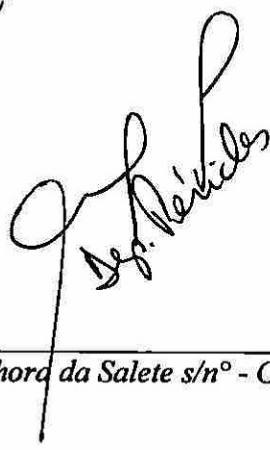

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Tami


Dep. Vitor


Dep. Vitor


Dep. Luciano


Dep. Pastor


Dep. Tadeu

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.12.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 04 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 577/2013

Altera a Lei nº 15.930/2008.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 15.930, de 26 de agosto de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre D'Oeste - APMI, com sede no Município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no Município de Goioerê."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 15.930, de 26 de agosto de 2008 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre D'Oeste – APMI, com sede e foro no Município de Goioerê. Contudo, verifica-se que a sede da instituição é no Município de Rancho Alegre D'Oeste com foro em Goioerê, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 15930 - 26 de Agosto de 2008

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 7800 de 4 de Setembro de 2008

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Rancho Alegre D'Oeste - APMI, com sede e foro no Município de Goioerê.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 262/08:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Rancho Alegre D'Oeste - APMI, com sede e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 26 de agosto de 2008.

Nelson Justus
Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ALTERAR: Sede em Rancho Alegre do Oeste.

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 577/2013

Projeto de Lei nº. 577/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 15.930/2008.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.930/2008 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 15.930/ 2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Rancho Alegre D'Oeste – APMI, com sede e foro no Município de Goioerê.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Goioerê" para "sede no Município no Rancho Alegre D'Oeste e foro no Município de Goioerê".

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

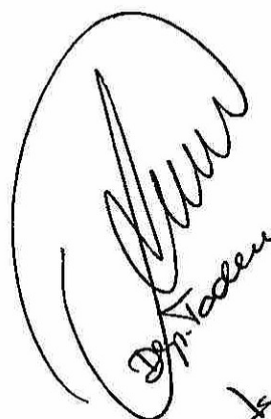
RELATOR



Dep. Pereira
Dep. Calvi


Dep. Inacio



Dep. Pereira


Dep. Kacem


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

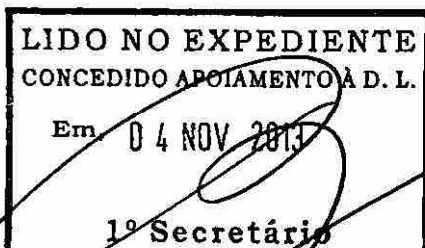
APROVADO

09.12.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 578 /2013

Altera a Lei nº 15.193/2006.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 15.193, de 4 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Alto Paraíso, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Xambrê.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 15.193, de 4 de julho de 2006 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Alto Paraíso, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Icaraíma. Contudo, verifica-se que o Município de Alto Paraíso integra a Comarca de Xambrê, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar



Exibir Ato



Página para impressão

Lei 15193 - 04 de Julho de 2006

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 7260 de 4 de Julho de 2006

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Alto Paraíso, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Icaraíma.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Alto Paraíso, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Icaraíma.

☐ **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 04 de julho de 2006.

Tadeu Marino Loyola Costa
Governador do Estado, em exercício

Emerson José Nerone
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado **ALTERAR FORO**

☐

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
**ESTADO DE
GOVERNO**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 578/2013

Projeto de Lei nº. 578/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a redação nº 15.193/2006

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.193/2006 – ALTERAÇÃO DO FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar o foro da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei :

Lei 15.193/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Alto Paraíso, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Icaraíma.

O projeto pretende modificar o "foro no Município de Icaraíma" para "foro no Município de Xambrê".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

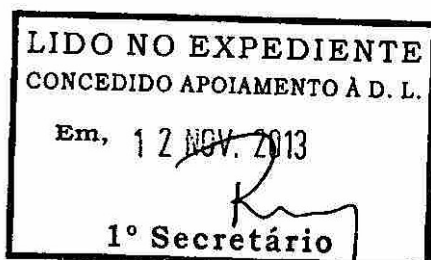

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

09/12/13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 603 /2013

Altera a Lei nº 14.824/2005.


Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Itambé e foro no Município de Marialva.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 14.824, de 29 de agosto de 2005 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Itambé. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no de Município de Itambé e foro no Município de Marialva, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

DIA LEGISLAÇÃO

Pág.

048

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 14824 - 29 de Agosto de 2005

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 7092 de 31 de Outubro de 2005

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Itambé.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:
(Projeto de Lei nº 305/2005, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa)



Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no município de Itambé.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de agosto de 2005.

Hermas Brandão
Presidente

Romero Maria Lva @

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CELEPAR

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

topo





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 601/2013

Projeto de Lei nº 601/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: Altera a Lei nº 14.824/2005.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.824/2005 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 14.824/ 2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro no Município de Itambé.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Itambé" para "sede no Município no Itambé e foro no Município de Marialva".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2013.

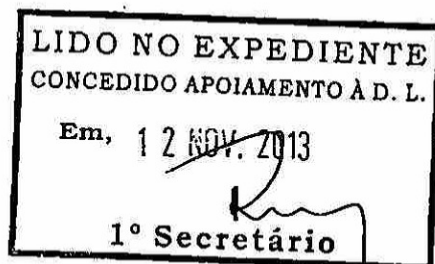
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Danilo
Dep. Traiano
Dep. Taurini
Dep. Pastor
Dep. Ruyton

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
09.12.13



PROJETO DE LEI Nº 602 /2013

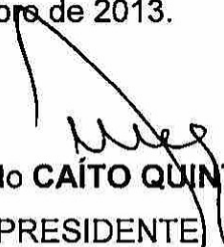
Altera a Lei nº 16.709/2010.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 16.709, de 23 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.


Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 16.709, de 23 de dezembro de 2010 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Campina do Simão. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 16709 - 23 de Dezembro de 2010

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 8370 de 23 de Dezembro de 2010

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina do Simão, com sede e foro no Município de Campina do Simão.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina do Simão, com sede e foro no Município de Campina do Simão.

☐ **Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de dezembro de 2010.

Orlando Pessuti
Governador do Estado

Tércio Alves de Albuquerque
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

Ney Caldas,
Chefe da Casa Civil

Alexandre Curi
Deputado Estadual

COMARCA GUARAPUAVA

☐ Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 602/2013

Projeto de Lei nº 602/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: Altera a Lei nº 16.709/2010.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.709/2010 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 16.709/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina do Simão, com sede e foro no Município de Campina do Simão.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Campina do Simão" para "sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

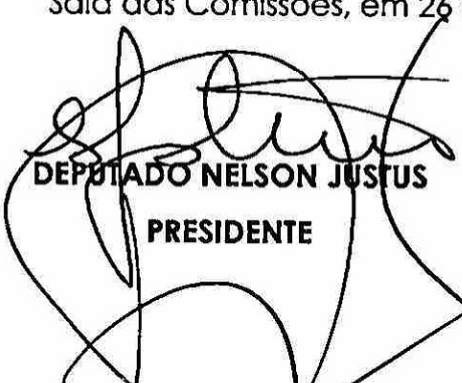
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

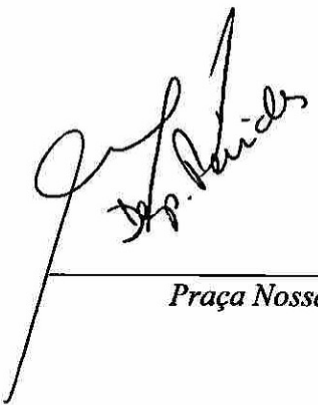


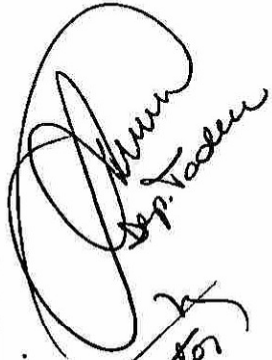
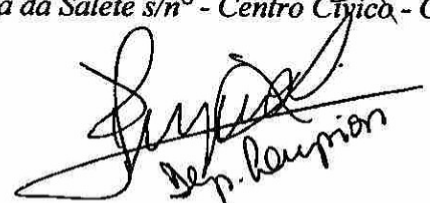
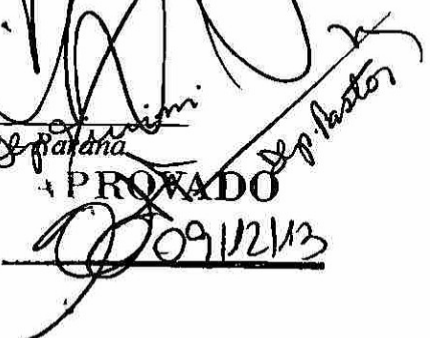
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROVADO

09/12/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 12 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 603 /2013

Altera a Lei nº 12.448/1999.

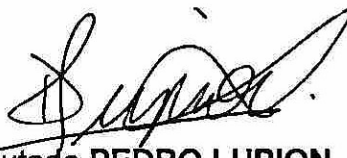
Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Jaboti e foro no Município de Tomazina.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

Deputado  **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jaboti. Contudo, verifica-se que a instituição tem com sede no Município de Jaboti e foro no Município de Tomazina, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 12448 - 13 de Janeiro de 1999

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 5422 de 26 de Janeiro de 1999

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Jaboti.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Jaboti.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 13 de janeiro de 1999.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

LOUREIRA TOMAZINA. (circled signature)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

topo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 603/2013

Projeto de Lei nº 603/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: *Altera a Lei nº 12.448/1999.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.448/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.448/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro no Município de Jaboti.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Jaboti" para "sede no Município no Jaboti e foro no Município de Tomazina".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



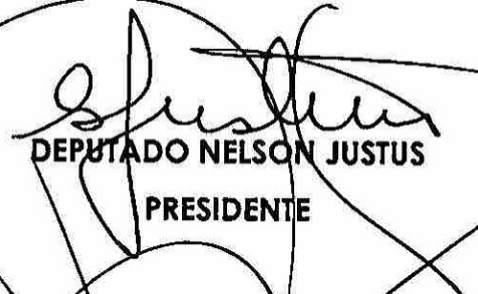
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

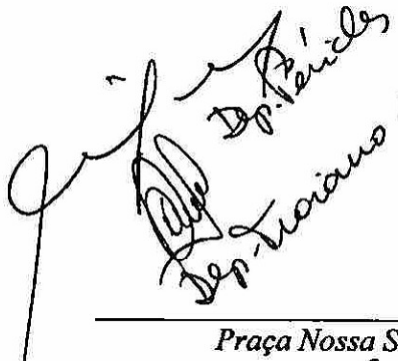

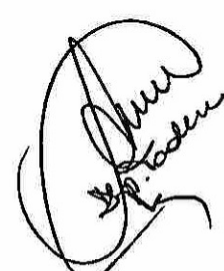
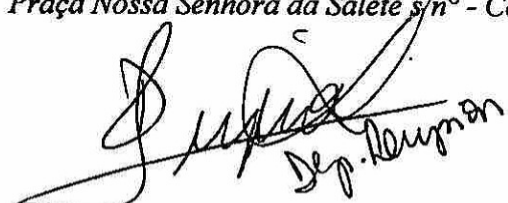
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.12.13



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

662/13

Súmula: Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 2009, alterado pela Leis nºs 17.068, de 2012 e 17.204, de 2012.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012 e 17.204, de 29 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

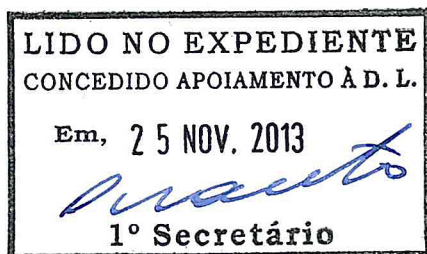
“Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2014.”

Art. 2º Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 21 de novembro de 2013.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 158 /2013

Curitiba, 21 de novembro de 2013

I – À DAP para leitura no expediente .

II – À DL para providências.

Em, 25/11/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012 e 17.204, de 29 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

A Lei nº 16.372, de 2009, estabeleceu o quantitativo para a regularização de cargos em comissão destinados a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

A referida Lei não contemplou minimamente as estruturas necessárias para a manutenção das atividades desenvolvidas pelas Universidades e sequer considerou a necessidade de estrutura administrativa para os Hospitais Universitários.

Através da Lei nº 17.204, de 2012, foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2013 a atual situação praticada pelas IEES quanto aos quantitativos, nomenclaturas e valores para os cargos comissionados e funções gratificadas.

No Protocolado nº 11.112.226-1, ora em trâmite neste Poder Executivo, contém uma proposta de adequação das necessidades estruturais visando ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, contemplando as estruturas dos Hospitais Universitários (que não foram contemplados na Lei nº 16.372, de 2009) e da UNESPAR, esta recentemente credenciada como Universidade, com Reitoria na cidade de Paranavaí.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.009.041-9



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Os valores pagos em função dos cargos acadêmicos das estruturas administrativas das Universidades estão congelados há vários anos e a citada proposta em tramite (Protocolado nº 11.112.226-1) prevê a expansão dos cargos, bem como a atualização de seus respectivos valores, o que implicará aumento de custos.

Considerando as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) ao Estado do Paraná, no atual contexto, proponho o presente Anteprojeto de Lei visando a prorrogação, até 31 de dezembro de 2014, do prazo de extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até a aprovação da nova Lei.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

**Lei 16372 - 30 de Dezembro de 2009**

Publicado no Diário Oficial nº. 8129 de 30 de Dezembro de 2009

(vide Lei 17068 de 23/01/2012)

Súmula: Estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão que especifica, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA-1 a DA-4, nos termos do Anexo I desta lei, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

§ 1º. Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha do ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º. Os detentores dos cargos referidos nesse artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação a nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo, fica-lhe assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

Art. 2º. A remuneração devida pelo exercício de cargo em comissão de simbologia DA-1 a DA-4 é a que consta do Anexo II, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

Parágrafo único. Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

Art. 3º. Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, das funções de confiança de chefia intermediária necessárias para a estrutura administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do Anexo III desta lei.

§ 1º. As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º. As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo serão denominadas Funções Acadêmicas, de simbologia FA-1 a FA-3, remuneradas segundo os valores constantes do Anexo IV desta lei.

§ 3º. O quantitativo de funções constantes do Anexo III só poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º. É vedado atribuir função acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

Art. 4º. A jornada de trabalho de ocupante de cargo de provimento em comissão e servidor provido com função acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas-



extras.

Art. 5º. Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 6º. As nomeações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta lei serão publicados no Diário Oficial do Estado, pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. O ato de nomeação, exoneração e registro funcional a que se refere o caput deste artigo deve especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.
(Incluído pela Lei 17068 de 23/01/2012)

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei.~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – AEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2010.
(Redação dada pela Lei 16478 de 26/04/2010)~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 31 de dezembro de 2011.
(Redação dada pela Lei 16664 de 14/12/2010)~~

Art. 7º. Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012.
(Redação dada pela Lei 17068 de 23/01/2012)

Parágrafo único. Os atuais cargos a que se refere o "caput" deste artigo, não implicarão em despesas orçamentárias adicionais.
(Incluído pela Lei 16664 de 14/12/2010)

Art. 8º. Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior com relação à atribuição de cargos em confiança e funções gratificadas anteriormente à vigência desta lei.

Art. 9º. A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta lei são de natureza indenizatória, não incorporáveis aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 10. Os valores constantes dos Anexos II e IV desta lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.

Art. 11. Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 12. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2009.

Roberto Requião
Governador do Estado

Lygia Lumina Pupatto
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 662/2013

Projeto de Lei nº. 662/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 158/2013

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº. 16.372, de 2009, alterado pelas Leis nº.s 17.068, de 2012 e 17.204, de 2012.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 7º DA LEI Nº. 16.372, DE 2009, ALTERADO PELA LEIS Nº. 17.068, DE 2012 E 17.204, DE 2012. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dar nova redação ao art. 7º da Lei nº. 16.372, de 2009, alterado pelas Leis nº.s 17.068, de 2012 e 17.204, de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, Aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Liderança do Governo

DIRETORIA
Pág. 104

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifos Nossos).

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo

DIRETORIA LEI
Pág. 118

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (Grifos Nossos).

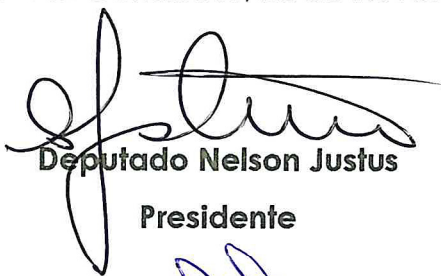
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

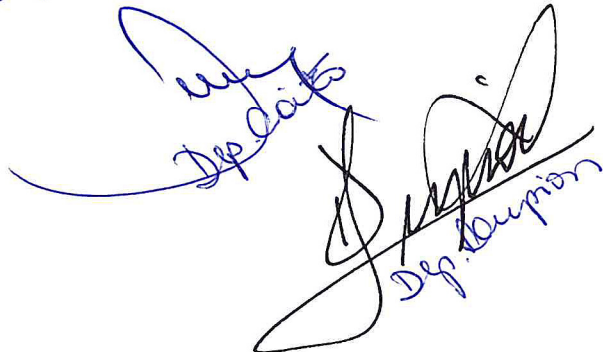
Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademair Traiano
Relator


Dep. Benedito


Dep. Scavone


Dep. Carlos


Dep. Tullio

APROVADO

26.11.13


Dep. Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 662/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 158/13, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012 e 17.204, de 29 de junho de 2012. (Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES).

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, visa a prorrogação, até 31 de dezembro de 2014, do prazo de extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até a aprovação da nova Lei.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Saliento ainda que, conforme a justificativa do autor os cargos acadêmicos das estruturas administrativas das Universidades estão congelados há vários anos e a proposta em tramite no Poder Executivo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 143

(Protocolado nº 11.112.226-1) prevê a expansão dos cargos, bem como a atualização de seus respectivos valores, o que, sem dúvida, implicará em aumento de custos.

Portanto, levando-se em consideração as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, é que o autor propõe a prorrogação, até 31 de dezembro de 2014, do prazo de extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

03/12/13

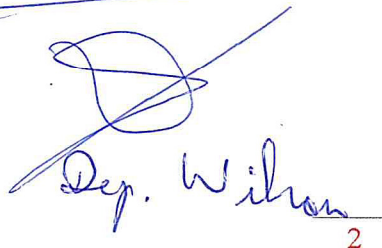

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Walcy


Dep. Aciole


Dep. Prof. Lemos


Dep. Wilson



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência e Tecnologia



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 662/2013

Projeto de Lei nº. 662/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 158/2013

Súmula: Mensagem Nº 158/2013 – Dá Nova redação ao Art. 7º da Lei nº 16.372, de 2009, Alterado pelas leis nºs 17.068 de 2012 e 17.204, de 2012.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. EXTINÇÕES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS IEES. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar o art 7º da Lei nº 16.372, de 2009, Alterado pelas leis nºs 17.068 de 2012 e 17.204, de 2012, prorrogando para 31 de dezembro de 2014, o prazo para a extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe destacar que compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, em consonância ao disposto no **artigo 33 – T, III, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, manifestar-se sobre proposições que visem ao fortalecimento e à aplicação de base técnico-científica do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência e Tecnologia



incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Conforme justificativa na mensagem do Executivo, a prorrogação se faz necessário para que o protocolo sob nº 11.112.226-1, que tramita no Governo do Estado visando desenvolver uma lei com as alterações de cargos necessários ao efetivo atendimento dos objetivos das IEES, respeitando as especificações de suas estruturas e fixando um quantitativo de cargos a serem preenchidos de acordo com as demandas geradas em cada instituição.

Entendemos que das Sede que compõem as IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior), possui uma peculiaridade e uma necessidade a se atendida, e que a proposta é anterior as alterações mais recentes que houve no decorrer do ano, para citar a alteração das instituições integrantes da UNESPAR, e instalação da sede na cidade de Paranavaí.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a fundamental importância do presente projeto, opinamos por sua APROVAÇÃO.

Imprudente
BERNARDO

Wahrah
TERUO KATO
RELATOR

Jonas
JONAS

Edson
PASTOR EDSON PRACZYK
PRESIDENTE

Guio
Guio

Guio
Guio



PROJETO DE LEI 668/13

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florai.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Florai, do imóvel constituído pelo Lote nº 292-A-1, subdivisão do Lote nº 292-A, com área de 2.968,47 m² e pelo Lote nº 313-A-1, subdivisão do Lote nº 313-A, com área de 1.187,52 m², situadas no Distrito de Nova Bilac, de propriedade do Estado do Paraná, conforme a Transcrição sob nº 12.063 do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Art. 2º A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade e sob as seguintes condições:

I – uso exclusivo para Unidade Escolar do Município;

II – se houver necessidade de criação de Escola Estadual no mesmo imóvel, o Município deverá permitir a dualidade administrativa.

Parágrafo único. No caso de descumprimento das condições dispostas nos incisos I e II do *caput* do presente artigo, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar o desmembramento da área e a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de novembro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 155 / 2013

Curitiba, 19 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 NOV. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Floraí, do imóvel constituído pelo Lote nº 292-A-1, subdivisão do Lote nº 292-A, com área de 2.968,47 m² e pelo Lote nº 313-A-1, subdivisão do Lote nº 313-A, com área de 1.187,52 m², situadas no Distrito de Nova Bilac, de propriedade do Estado do Paraná, conforme a Transcrição sob nº 12.063 do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente para Unidade Escolar do Município.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que a municipalidade deverá permitir a dualidade administrativa em caso de necessidade de criação de Escola Estadual no mencionado bem, que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar o desmembramento da área e a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário retornará, também, ao patrimônio estadual.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.979.948-1

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 25/11/2013

Presidente



26/11/2013 01:02:14 DAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 668/2013

Projeto de Lei nº 668/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 155/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Floraí.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE FLORAÍ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 155/2013, visa efetuar a doação ao município de Floraí, do imóvel composto pelos lotes que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

03.12.13

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

REGIME DE URGENCIA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 668/2013

Projeto de Lei nº 668/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 155/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florai.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 668/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 155/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Florai, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração pública municipal, para uso exclusivo da unidade escolar local. O imóvel a ser doado está contemplado pelo Lote nº 292-A -1, subdivisão do lote 292-A, com uma área de 2.968,47 m² e pelo Lote nº 313-A-1, subdivisão do Lote nº 313-A, com área de 1.187,52 m², situadas no Distrito de Nova Bilac, de propriedade do Estado do Paraná, conforme a Transcrição sob nº 12.063 do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 668/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Florai, no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel a ser utilizado exclusivamente pelo núcleo escolar municipal, deixando claro que em caso de necessidade emergente da população, será criada uma Escola Estadual no mesmo local, com a permissão de dualidade administrativa no imóvel. A área a ser doada, será utilizada apenas em benefício próprio da população e da comunidade escolar, sendo que investimentos desta natureza atendem



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



diretamente aos interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município e incentivo à educação, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral*", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios pelo bem comum de todos:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios –
Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 668/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 155/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 668/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Hermas Brandão Junior, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Florai, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



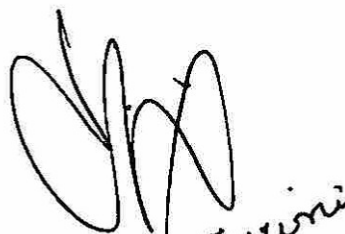
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 668/2013, em sua forma apresentada.



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 09 de dezembro de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


ELTON WELTER
Relator


Tercílio Turini


Pastor Edson Praczyk

- Adelino Ribeiro



PROJETO DE LEI 669/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Janiópolis, do imóvel constituído pela Data nº 08 da Quadra 02, com área de 480,00 m², situado na Rua Ruy Barbosa, s/nº, contendo edificação em alvenaria com 165,32 m², objeto da Matrícula nº 14.941 do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado pelo Município exclusivamente para instalação da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar Municipal.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida do *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de novembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 156 /2013

Curitiba, 19 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 NOV. 2013

Mauro
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Janiópolis, do imóvel constituído pela Data nº 08 da Quadra 02, com área de 480,00 m², situado na Rua Ruy Barbosa, s/nº, contendo edificação em alvenaria com 165,32 m², objeto da Matrícula nº 14.941 do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Campo Mourão.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado pelo Município exclusivamente para instalação da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar Municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário retornará, também, ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Carlos Alberto Richa
CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.959.113-9

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 25/11/2013

Rosário
Presidente



14:31 26/11/2013 010215 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 669/2013

Projeto de Lei nº 669/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 156/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 156/2013, visa efetuar a doação ao Município de Janiópolis, do imóvel constituído pela Data n.º 08 da Quadra 02, com área de 480,00 m², situado na Ruy Barbosa, s/nº, contendo edificação em alvenaria com 165,32 m², objeto da Matrícula nº 14.941 do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Campo Mourão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná,
observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:
(...)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Sessões em

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

REGIME DE URGÊNCIA

APROVADO

03.12.13



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 669/2013

Projeto de Lei nº 669/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 156/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Janiópolis.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 669/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 156/2013**, objetiva efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Janiópolis no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, de área constituída de 480,00 m², situada na Rua Ruy Barbosa, s/nº, contendo edificação em alvenaria com 165,32 m², objeto da Matrícula nº 14.941 do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Campo Mourão-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 669/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Janiópolis no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para a instalação da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar Municipal, uma ação que atende diretamente aos interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios pelo bem comum, é extremamente imprescindível o apoio às ações que fortaleçam o princípio da valorização humana:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios –
Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Desta forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 669/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 156/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que impõe sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 669/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



seus benefícios ao Município de Janiópolis, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

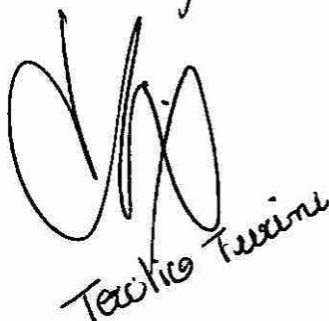
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 669/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de dezembro de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


ADELINO RIBEIRO
Relator


Elton Welter


Tercílio Turini


Pastor Edson Praczyk



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 670/13

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores, conforme especifica.

Art. 1º Fica alterado o artigo 30 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. Após o enquadramento previsto nesta Lei, a primeira progressão será por antiguidade e ocorrerá na data da entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único. Aos servidores que, na data da entrada em vigor desta Lei, encontrarem-se em estágio probatório, não será aplicada a regra prevista no caput, sendo-lhes assegurado o disposto no § 1º do artigo 13.”

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem à data da entrada em vigor da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro 2010.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), declaro que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dá nova redação ao artigo 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores, conforme especifica, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual 17.398, de 18 de dezembro de 2012, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 26 de novembro de 2013.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, objeto do protocolado sob nº 130.308/2012, tem por finalidade corrigir a redação do artigo 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

A Lei nº 16.748/2010 reestruturou o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – o chamado Plano de Cargos e Salários.

O artigo 30 da referida lei, que ora se propõe alterar, definiu em sua redação original que a primeira progressão dos servidores deste Poder Judiciário se daria por antiguidade, tendo como início desta contagem a entrada em vigor da citada lei, nos seguintes termos:

“Art. 30 – Após o enquadramento previsto nesta Lei, a primeira progressão será por antiguidade, cujo interstício terá início com sua vigência, assegurado ao servidor em estágio probatório o disposto no § 1º do artigo 13.”

Por sua vez, o § 1º do artigo 13 assim dispõe:

“Art. 13....

...

§ 1º. O período de estágio probatório será computado no cálculo da progressão funcional por antiguidade.”

O referido dispositivo excepcionou a regra, pois garantiu aos servidores em estágio probatório o aproveitamento, sem qualquer ressalva, do tempo de estágio probatório para obtenção de progressão por antiguidade, independente de aguardar o decurso de três anos da vigência da Lei Estadual nº 16.748/2010.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Assim, constata-se que este direito não foi garantido à universalidade de servidores, pois duas regras foram aplicadas, uma vez que servidores que já haviam superado o estágio probatório tiveram que aguardar a contagem de 3 (três) anos da vigência do Plano de Cargos e Salários para progressão por antiguidade, enquanto aqueles em estágio probatório não tiveram que aguardar esse transcurso de tempo, mas apenas o término do próprio estágio probatório, independente da entrada em vigor do Plano de Cargos e Salários.

Destarte, enquanto aos servidores mais novos, que no momento do reenquadramento ainda se encontravam em estágio probatório, foi garantido o direito à progressão tão logo alcançado o período de 3 (três) anos, independente do tempo transcorrido desde a vigência da Lei nº 16.748/2010, aos servidores mais antigos restou aguardar o transcurso de 3 anos após o enquadramento operado pela mencionada lei, para somente depois disso obterem a progressão funcional por antiguidade.

Essa opção do legislador, portanto, acabou prejudicando uma gama de servidores que embora mais antigos no serviço público, tiveram que esperar o transcurso de três anos da vigência da citada lei, para só então, obterem a progressão funcional, acarretando distorções na lista classificatória de antiguidade.

A presente proposta, portanto, visa corrigir a distorção verificada, antecipando a progressão por antiguidade dos servidores estáveis quando da entrada em vigor do Plano de Cargos e Salários trazido pela Lei nº 16.748/2010, nos seguintes termos:

"Art. 30. Após o enquadramento previsto nesta Lei, a primeira progressão será por antiguidade e ocorrerá na data da entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único. Aos servidores que, na data da entrada em vigor desta Lei, encontrarem-se em estágio probatório, não será aplicada a regra prevista no caput, sendo-lhes assegurado o disposto no § 1º do artigo 13."



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Com isso, busca-se conferir um justo tratamento aos servidores do Poder Judiciário, fazendo com que aqueles com maior tempo de serviço tenham um enquadramento mais condizente com a sua situação funcional, de modo a afastar as distorções administrativas atualmente verificadas.

Assim estaremos em compasso com o entendimento jurisprudencial dado à matéria:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CARREIRA DE FISCAL TRIBUTÁRIO. REENQUADRAMENTO. LEI 3.751/06. REESTRUTURAÇÃO DAS TABELAS REMUNERATÓRIAS. CRITÉRIOS DA PROMOÇÃO OU PROGRESSÃO FUNCIONAL. PORTARIA Nº 166/06. PRETERIÇÃO DOS SERVIDORES MAIS ANTIGOS. ILEGALIDADE DO ATO. 1. DEVE SER RECONHECIDA A ILEGITIMIDADE PASSIVA DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL SE O ATO COMBATIDO É PORTARIA DE AUTORIA DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL, A QUEM COMPETE PROCEDER ÀS PROGRESSÕES E PROMOÇÕES DOS SERVIDORES E QUEM DEVERÁ SUPORTAR SEU EVENTUAL CUMPRIMENTO. 2. A ANTIGÜIDADE NO SERVIÇO É FATOR PREPONDERANTE NA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL DENTRO DA CARREIRA, NÃO JUSTIFICANDO QUE UM SERVIDOR, COM UM ANO E TRÊS MESES A MENOS DE SERVIÇO QUE OUTROS MAIS ANTIGOS, LOGRE ALCANÇAR PADRÃO E CLASSE MAIS ELEVADOS DENTRO DA CARREIRA. 3. A APLICAÇÃO DA LEI Nº 3.751/2006 IMPLICA ILEGALIDADE À MEDIDA QUE A ADMINISTRAÇÃO APENAS REENQUADRA OS SERVIDORES SEM CONSIDERAR AS PROGRESSÕES E PROMOÇÕES JÁ ALCANÇADAS, COMO DETERMINA O ART. 3º DA CITADA LEI. 4. SEGURANÇA CONCEDIDA.

(TJ-DF - MSG: 20060020114030 DF, Relator: HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, Data de Julgamento: 24/07/2007, Conselho Especial, Data de Publicação: DJU 02/06/2008 Pág. : 21)

Os custos da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, e são estimados em aproximadamente R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) para 2013, R\$ 11.994.000,00 (onze milhões novecentos e noventa e quatro mil reais) para 2014 e 12.713.000,00 (doze milhões setecentos e treze mil reais) para 2015.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Encontra-se, em anexo, a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2012, e compatibilidade com o com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial deste Tribunal de Justiça na Sessão Ordinária realizada em 25 de novembro de 2013.

Uma assinatura manuscrita em tinta preta, caracterizada por movimentos fluidos e uma longa traçada vertical descendente à direita.



Estado do Paraná
Poder Judiciário

Protocolo nº 358.152/2013

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL



Informação nº 279/2013 P

Senhor Chefe:

Trata o presente expediente de progressões funcionais de 1.797 servidores, cujos custos estão contidos nas informações das Divisões de Folha de Pagamento e de Controle Financeiro do Pessoal, levando-se em consideração o custo mensal, para a análise nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a observância dos limites de gastos com pessoal para este exercício, caso se efetive em dezembro, e a projeção da **despesa mensal, por ser contínua**, para os dois exercícios seguintes, conforme demonstrativo abaixo:

Projeção do incremento da despesa:

Exercícios	R\$		
	2013	2014	2015
Vencimentos e encargos	961.000	11.993.280	12.712.876

Observações: Considerado a projeção de reajuste de 6% para 2014 e 2015.

Considerando a tabela acima, procedemos à análise quanto à observância dos limites de gastos com pessoal, nos termos da mencionada Lei:

I - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

EXERCÍCIOS	R\$ 1,00					
	2013	%	2014	%	2015	%
RCL	22.214.812.000		25.037.144.000		28.218.046.000	
DLP	1.074.605.190	4,84	1.202.484.785	4,80	1.231.322.783	4,36
DLP 2	1.075.566.190	4,84	1.214.478.065	4,85	1.244.035.660	4,41

Observações:

- 1) Para o cálculo da Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 12,70% conforme média dos últimos 3 anos.
- 2) Para o valor da Despesa Líquida de Pessoal - DLP foi calculado com base na projeção anual de 10% das despesas com a folha de pagamento (TJ e FUNJUS) e processos que foram informados.
- 3) Para a Despesa Líquida de Pessoal 2 - DLP 2 é o somatório da despesa DLP mais o custo do presente expediente

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

- 1) prudencial, § único do Art. 22, é de 5,70%;
- 2) máximo (Tribunal de Justiça), § 1º do Art. 20, é de 6,00%.

Sob os enfoques das Leis de Orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:

II - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LOA

Verificando o contido na Lei Orçamentária Anual nº 17.398/12 para o exercício de 2.013, na fonte 100 - ordinário não vinculado, do projeto/atividade - 0500.02061434.005-Promover e Gestionar as Atividades Judiciárias, constatei a existência de saldos orçamentários suficiente nas seguintes rubricas:

- 1) Na 3.1.90.11.02 Vencimentos e Vantagens Fixas dos Cargos de Provimento Efetivo, para atender a despesa mensal de R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) a partir de dezembro



Estado do Paraná
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DIVISÃO DE CONTADORIA GERAL



Protocolo nº 358.152/2013

Informação nº 279/2013 P

2) na rubrica 3.190.92.03 Outras Despesas de Pessoal e Encargos, para atender o pagamento dos atrasados no valor de R\$ 23.130.000,00 (vinte e três milhões, cento e trinta mil reais)

III - IMPACTO FINANCEIRO - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 17.219/2012, para o exercício de 2013, no artigo 7º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9,5% da receita líquida.

IV - PLANO PLURIANUAL - PPA

A Lei 17.013/11 que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2.012 a 2.015 o qual estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com base no percentual de 9,5% para 2013 da Receita Líquida, dando guarida às ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, informo que a despesa em questão está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Sugerimos encaminhar este expediente a Assessoria de Planejamento, para os devidos fins.

É a informação.

Seção de Execução Orçamentária.

Em, 22 de novembro de 2013.

Bel. **José Renato Mazzarotto**
Economista

Chefe da Seção de Execução Orçamentária

De acordo.

A Diretora do Departamento
Econômico e Financeiro.

Em, 22 de novembro de 2013.

Bel. **Sérgio Vila**
Contador

Chefe da Divisão de Contadoria Geral

Ciente e de acordo com a presente
Informação. Encaminhe-se a Assessoria de
Planejamento.
Em, 22/11/2013.

Bel. **Amarília Vellozo Machado**
Diretora do Departamento
Econômico e Financeiro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

Curitiba, 26 de novembro de 2013.
Of. nº 1.253/2013-GP

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 26/11/2013

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 NOV. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dá nova redação ao artigo 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores, conforme especifica.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça

**Lei 16748 - 29 de Dezembro de 2010**

Publicado no Diário Oficial nº. 8373 de 29 de Dezembro de 2010

Súmula: Reestrutura, conforme especifica, os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais

Art. 1º. Os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores ficam reestruturados na forma desta Lei.

Art. 2º. São diretrizes da reestruturação dos Quadros de Pessoal e do Plano de Carreiras e Cargos desta lei:

I - a valorização da qualificação técnica continuada do servidor e do efetivo tempo de serviço na carreira;

II - a fixação do vencimento e demais componentes do sistema remuneratório dos servidores segundo a natureza, grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos, suas peculiaridades e os requisitos para investidura;

III - organização multiprofissional e multidisciplinar das carreiras.

Art. 3º. A denominação, classificação, quantidade, níveis, enquadramento, vencimento e atribuições básicas dos cargos de provimento efetivo e em comissão passam a ser os constantes dos anexos e das tabelas desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas de cada cargo serão definidas em regulamento.

CAPÍTULO II
Dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Art. 4º. O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça compreende:

~~I - Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão;~~

I - Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão e função comissionada;

(Redação dada pela Lei 17474 de 02/01/2013)

~~II - Parte suplementar que é integrada pelas classes dos cargos de provimento efetivo cuja extinção, após vacância, está prevista na Lei Estadual nº 46.034/00;~~

II - Parte suplementar que é integrada pelos cargos de provimento efetivo, cuja extinção, após vacância, está prevista em Lei.

(Redação dada pela Lei 17393 de 10/12/2012)

Art. 5º. A estrutura funcional da parte permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça fica dividida nos seguintes grupos ocupacionais:

I - Especial Superior (ESP) – composto de cargos de provimento efetivo de assessoramento jurídico, na forma do art. 56 do ADCT da Constituição do Estado do Paraná, cujo requisito de ingresso é o bacharelado em Direito.

II - Superior de Apoio Especializado (SAE) – composto por outros cargos de provimento efetivo com atribuições de natureza especializada, cujo requisito de ingresso é a formação em curso superior correlacionado com a especialidade e com habilitação legal, se for o caso.

III - Intermediário de Apoio Administrativo (IAD) – composto por cargos de provimento efetivo com atribuições de suporte técnico e administrativo, cujo requisito de ingresso é a formação em curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, correlacionado com a especialidade, se for o caso.

~~IV - Básico (BAB) – composto por cargos de provimento efetivo com atribuições relacionadas à execução de atividades básicas de apoio operacional, cujo requisito de ingresso é o ensino fundamental;~~

(Revogado pela Lei 17393 de 10/12/2012)



mestre ou doutor, diplomas ou certificados de cursos de graduação ou pós-graduação em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário a serem estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo será concedida por lei própria que definirá os valores, forma de pagamento e hipóteses de incidência dessa vantagem.

CAPÍTULO VI **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 28. O enquadramento dos servidores a que se refere esta Lei fica definido na forma dos anexos III e VIII.

Art. 29. Os Escrivães das Varas de Família e das Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho vinculam-se às Tabelas de Enquadramento e de Vencimentos constantes do anexo IX desta Lei.

Art. 30. Após o enquadramento previsto nesta Lei, a primeira progressão será por antiguidade, cujo interstício terá início com sua vigência, assegurado ao servidor em estágio probatório o disposto no § 1º do artigo 13.

Art. 31. Os cargos de Auxiliar de Cartório, Auxiliar de Cartório do Juizado Especial, Auxiliar Administrativo e Auxiliar Administrativo do Juizado Especial passam a ser denominados Técnico de Secretaria, mantida a atual distribuição dos cargos.

§ 1º. Os cargos de Técnico de Secretaria do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição ficam extintos à medida que vagarem.

~~**§ 2º.** Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo poderão exercer a função de Diretor de Secretaria, desde que preenchido o requisito previsto no § 1º do artigo 5º da Lei 16.023/00, ou de Escrivão enquanto existir.~~

~~(Revogado pela Lei 17532 de 09/04/2013)~~

Art. 32. Os cargos de Programador de Computador do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça passam a ser denominados Analista de Sistemas.

~~**Art. 33.** Os cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça oriundos do Quadro Transitório do Serviço Auxiliar à Infância e à Juventude, em número de oitenta e quatro (84), passam a ser denominados Técnico Especializado em Infância e Juventude.~~

Art. 33. Ficam transformados 96 (noventa e seis) cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em 87 (oitenta e sete) cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e 09 (nove) cargos de Técnico Especializado em Execução Penal.

(Redação dada pela Lei 17469 de 02/01/2013)

§ 1º. Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Infância e Juventude correspondem aos cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes dos Quadros Transitórios, criados pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que compuseram a Equipe Interprofissional do Serviço Auxiliar à Infância e à Juventude desde sua vigência até a publicação da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, que permanecem ocupando os cargos transformados.

(Incluído pela Lei 17469 de 02/01/2013)

§ 2º. Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Execução Penal correspondem aos cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes do Quadro Transitório de Pessoal da Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, criado pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que permanecem ocupando os cargos transformados.

(Incluído pela Lei 17469 de 02/01/2013)

~~**Parágrafo único.** Os ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude serão lotados pelo Presidente do Tribunal de Justiça nos Juízos da Infância e Juventude ou, excepcionalmente, nas Varas de Família, onde exercerão suas funções.~~

~~(Revogado pela Lei 17469 de 02/01/2013)~~

Art. 34. Os cargos de Oficial Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, pendentes de nomeação, passarão a ser denominados de Técnico Judiciário após o transcurso do prazo de validade do concurso público para provimento desses cargos aberto em data anterior à publicação desta lei.

Art. 35. Os integrantes do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição poderão ser lotados em qualquer das unidades judiciárias, nos termos de regulamento a ser expedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, sendo vedada a lotação, bem como nomeação para cargo de provimento em comissão, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 670/13

Projeto de Lei nº. 670/13

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Da nova redação ao artigo 30 da Lei nº 16.748 de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores, conforme especifica.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLAÇÃO. ADEQUAÇÃO A LEI VIGENTE AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA FUNCIONAL NOS QUADROS DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROJETO DE INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de Lei ora apresentado, pretende alterar a redação do art. 30 da Lei Estadual nº 16.748/2010, a fim de que seja corrigido distorção na progressão de carreira prevista na referida legislação, a medida em que na forma em que o texto está em vigor, ocorre uma progressão considerada injusta nos termos do Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme justificativa apresentada juntamente com o projeto de lei em comento

VISTA EM 03/12/18

Dep. o p. r. o. d. e. l. e. i. e. m. c. o. m. e. n. t. o

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Gritos Nossos).

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;
(Grifos Nossos).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, e o mesmo está em conformidade com a legislação vigente.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


APROVADO

09.12.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 670/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.253/2013, que dá nova redação ao artigo 30 da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores, conforme especifica.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua Constitucionalidade, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65, 96 e 101, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa e a competência privativa de leis dessa natureza.

Assevera o autor, que os custos do presente projeto serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, e são estimados em aproximadamente R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 11.994.000,00 (onze milhões novecentos e noventa e quatro mil reais) para o exercício de 2014 e R\$



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

12.713.000,00 (doze milhões setecentos e treze mil reais) para o exercício de 2015.

Encontra-se anexo à Proposta a declaração do ordenador de despesas, Desembargador Guilherme Luiz Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que a Proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Por fim, esclarece o autor que as despesas decorrentes desta Lei, estão em conformidade com o artigo 16, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Isto posto, opinamos pela Aprovação do Projeto de Lei nº 670/2013, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10/12/13

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR

Enzo VERRI

PROJETO DE LEI 697/13

Súmula: Institui no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o Auxílio-Alimentação.

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o auxílio-alimentação.

Art. 2º. O auxílio-alimentação possui natureza indenizatória e será concedido aos servidores ativos efetivos e comissionados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão do benefício será feita em pecúnia, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim de frequência gerado pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Art. 3º. O benefício não será concedido:

- I- Aos inativos e pensionistas;
- II- Aos servidores em disposição ou cessão funcional;
- III- Aos servidores em gozo de férias;
- IV- Aos servidores em licenças e afastamentos legais;
- V- Aos servidores que estejam cumprindo pena de suspensão.

Art. 4º. Considerar-se-á, para efeitos de pagamento do auxílio-alimentação, a proporção de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

§1º. A proporção de que trata este artigo será considerada para efeito de desconto de eventuais faltas injustificadas.

§2º. As diárias devidas aos servidores sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de

7

semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no *caput* deste artigo.

§3º. O afastamento do servidor para participação em cursos, treinamentos ou atividades congêneres, mediante autorização do Presidente do Tribunal de Contas, é considerado como dia trabalhado para percepção do auxílio-alimentação.

Art. 5º. O auxílio-alimentação de que trata esta Lei é fixado em R\$ 710,00 (setecentos e dez reais) e será implementado a critério da Administração e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º. Os benefícios de que trata esta lei não serão:

- I – incorporados ao subsídio, vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- II – configurados como rendimentos tributáveis;
- III – base de cálculo de contribuição previdenciária e aplicação do teto remuneratório.

Art. 7º. A atualização dos valores do auxílio-alimentação se dará anualmente mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, observando o índice aplicado à atualização dos vencimentos dos servidores ativos e inativos e a remuneração dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 13. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças



IMPACTOS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

O impacto orçamentário e financeiro do Anteprojeto de Lei em comento, observadas as disposições legais, **será suportado integralmente** pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e suas disponibilidades financeiras, e importará, em um acréscimo de:

- R\$ 550.000,00 / mês (quinhentos e cinquenta mil reais).
- R\$ 6.500.000,00 / ano (seis milhões e quinhentos mil reais).

Na tabela 1 é apresentada a projeção de gastos no exercício de 2014, assim como nos dois exercícios subsequentes:

Tabela 1. Projeção de gastos no exercício de 2014 a 2016

Em R\$ 1,00

Elemento	2014	2015	2016
Projeção de gasto com auxílio-alimentação	6.500.000,00	6.500.000,00	6.500.000,00

Notas:

* Para o calculo foram utilizados:

Auxílio-alimentação no valor de R\$ 710,00.

Total de servidores 747, informação constante no sistema META4.

Encontra-se anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12, de 18/12/2012), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012 – 2015 (Lei Estadual nº 17.013/11, de 14/12/2011) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12, de 09/07/2012).

ELIAS GANDOUR THOMÉ
Diretor



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Diretoria de Finanças

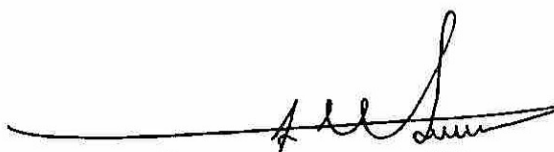


DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Eu, Artagão de Mattos Leão, CPF: 001.731.269-87, Presidente do TCE/PR, eleito em sessão ordinária nº 44, de 13/12/2012, publicada no DETC nº 556, de 10/01/2013, na qualidade de ordenador de despesa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR declaro que a **concessão do auxílio-alimentação** tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12).

Declaro, ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Curitiba, 26 de novembro de 2013.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
PRESIDENTE

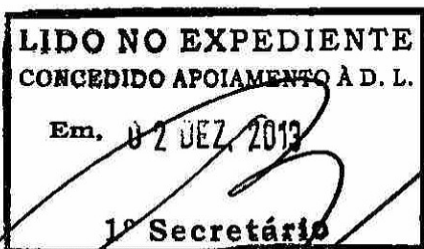


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Ofício nº 571/13/OIN-GP

Curitiba, 26 de novembro de 2013.



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em 02/12/2013

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a superior deliberação dessa Casa de Leis, Anteprojeto de Lei, que institui no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o Auxílio-Alimentação para os servidores efetivos e comissionados, devidamente acompanhado da Exposição de Motivos, Impactos e Memória de Cálculo.

Certo do acolhimento da proposição, que se reverte de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Cívico
Em mãos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente anteprojeto de lei objetiva instituir o pagamento de auxílio alimentação aos servidores ativos efetivos e comissionados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, como forma de propiciar, ainda que parcialmente, indenização em seu favor, pelo dispêndio a que se obrigam em face da necessidade de fazer suas refeições fora de casa, dado o exíguo período de intervalo entre os turnos de trabalho.

A medida ainda possui caráter social de grande impacto pelo fato de universalizar em favor destes servidores, um benefício que inicialmente era concedido apenas aos Membros do TCE-PR e também por colocar o corpo funcional desta Casa em paridade com os servidores do Poder Judiciário (Leis nº 16.746/2010, 16.965/2011 e Decreto nº 327/2013), Assembleia Legislativa do Estado (Resolução nº 11/2013-ALEP) e Ministério Público Estadual (Lei nº 17.243/2012), que já vêm recebendo tal benefício.

Quanto ao impacto orçamentário e financeiro, observadas as disposições legais, será suportado integralmente pelo orçamento próprio deste Tribunal e por suas disponibilidades financeiras.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 697/2013

Projeto de Lei nº 697/2013
Autor: Tribunal de Contas

Súmula: Institui no âmbito do Tribunal de contas do Estado do Paraná o Auxílio-Alimentação.

EMENTA: AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33-A E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/2005 – LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. ART. 77 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LC FEDERAL Nº 101/00. LC FEDERAL Nº 95/98. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná visa instituir o auxílio-alimentação aos servidores ativos efetivos e comissionados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Quanto à iniciativa, cumpre salientar a competência prevista no artigo 124 do **Regimento Interno** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Ademais, sobre a competência do Tribunal de Contas, prevê a **Constituição do Estado do Paraná**, conforme segue:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro



Comissão de Constituição e Justiça

próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição. (vide ADIN 2309-8) (vide ADIN 1190-1)

O Tribunal possui o seu **Regimento Interno**, aprovado pela Resolução nº 01, de 24 de janeiro de 2006, cujas, natureza, competência e jurisdição fixadas, conforme dispõe o Art. 1º, adiante transcrito:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 7 (sete) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo se observa que, o assunto em tela visa instituir o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores ativos, efetivos e comissionados, do Tribunal de Contas do Estado. O benefício será proporcional aos dias efetivamente trabalhados, 22 (vinte e dois) dias úteis por mês, fixado em R\$ 710,00 (setecentos e dez reais).

Diante disso, cumpre salientar que, para gerir a sua administração interna, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná possui sua **Lei Orgânica** própria, instituída pela **Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Constituição e Justiça

Observa-se do artigo 2º, inciso V, da citada lei, a competência prevista do Tribunal de Contas sobre cargos e vencimentos de seus funcionários:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

(...)

V – propor à Assembleia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos; (grifo nosso)

Desta forma, clara a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.398/12) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei Estadual nº 17.013/11) e com a Lei de diretrizes Orçamentárias (Lei Estadual nº 17.219/12)

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

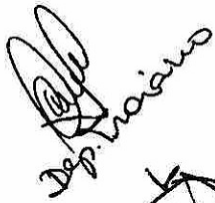

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


Dep. Severino


Dep. Carlos



Dep. Pericles


Dep. Tereza


Dep. Nair

APROVADO
03.12.13

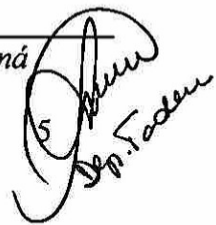

Dep. Pastor


Dep. Leônidas


Dep. Hermes

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu


Dep. Tadeu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 697/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Contas – Ofício nº 571/2013/GP, que visa instituir no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná o auxílio-alimentação, no valor de R\$710,00 (setecentos e dez reais).

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator, Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Contas visa proporcionar aos servidores daquela Corte, ainda que parcialmente, indenização em seu favor, pelo dispêndio que se obrigam, tendo em vista fazerem suas refeições fora de casa.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seu art. 77, assegura ao Presidente do Tribunal de Contas a iniciativa de leis como a presente.

Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), constatamos na justificativa da proposta, a existência da Declaração de Adequação da Despesa, apresentada pelo Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, declarando que a matéria proposta possui



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – Lei nº 17.398/12 e compatibilidade com o Plano Plurianual 2012-2015 – Lei nº 17.013/11 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 17.219/12.

Ainda, apresenta o autor, consoante a informação da Diretoria de Finanças, subscrita pelo Senhor Elias Gandour Thomé, esclarecendo que o dispêndio da proposta será suportado integralmente pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado e suas disponibilidades financeiras importará, em um acréscimo de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) por mês e R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) no ano de 2014, sendo o mesmo valor para os exercícios de 2015 e 2016.

CONCLUSÃO

Isto posto, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/12/13

Francisco Xavier
DEPUTADO JONAS GUIMARAES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Elio Rusch
DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

Waldyr
DEP. WALDYR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 699/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná DER, a efetuar a reversão da doação, ao Município de Ortigueira, do imóvel e benfeitorias que especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER, a efetuar a reversão da doação, ao Município de Ortigueira, conforme determina o art. 2º da Lei Municipal nº 82, de 31 de julho de 1984, do imóvel constituído de uma Área de Terra com 5.000,00m², referente a Parte do Lote nº 12, Matriculado sob nº 9.814, no Serviço de Registro de Imóvel da Comarca de Telêmaco Borba/PR, PR - Patrimônio 38.974 e das benfeitorias nele encravadas: a- Oficina Mecânica em alvenaria com 130,56m² - Patrimônio 39.730; b- Depósito de Lubrificantes em alvenaria com 23,76m² - Patrimônio 39.738; c- Posto de Abastecimento em alvenaria com 8,80m² - Patrimônio 39.748; d- Residência em alvenaria com 63,80m² - Patrimônio 39.720.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município deverá proceder a devida regularização cartorial, no prazo máximo de um ano, retornando o bem ao patrimônio do Estado em caso de descumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

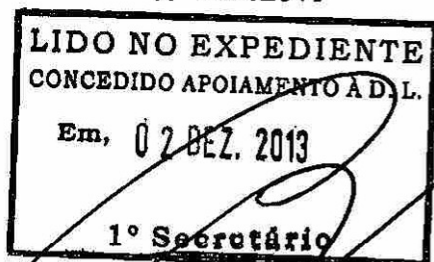
Nº 168/2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER, a efetuar a reversão da doação, ao Município de Ortigueira, conforme determina a Lei Municipal nº 82/84 de 31 de julho de 1984, do imóvel constituído de uma Área de Terra com 5.000,00 m², referente à Parte do Lote nº 12, matriculado sob o nº 9.814, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Telêmaco Borba, PR. Patrimônio 38.974 e das benfeitorias nele encravadas: a) Oficina mecânica em alvenaria com 130,56 m² – Patrimônio 39730; b) Depósito de lubrificantes em alvenaria com 23,76 m² – Patrimônio 39738; c) Posto de abastecimento em alvenaria com 8,80 m² – Patrimônio 39748; d) Residência em alvenaria com 63,80 m² – Patrimônio 39720.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para serviço público municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade e que será usado exclusivamente para o fim previsto e que retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa da prevista.

Conforme consta no protocolado, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná manifestou-se no sentido de que não se opõe à reversão da doação, uma vez que com a retirada da BR-376 daquela área de conservação, face ao advento dos contratos de concessão, o seguimento de estrada não pavimentada que restou, não justifica a preservação do núcleo de Manutenção do Escritório Regional do Vale do Ivaí.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 7.903.944-6.

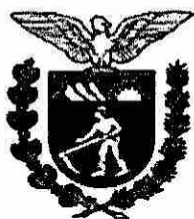
I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em, 02/12/2013

Presidente





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 699/2013

Projeto de Lei nº 699/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 168/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná DER, a efetuar a reversão da doação, ao Município do Ortigueira, do imóvel e benfeitorias que especifica.

EMENTA: REVERSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 168/2013, visa efetuar a reversão ao município de Ortigueira, do imóvel e benfeitorias que especifica, doados ao Estado pela Lei Municipal nº 82, de 31 de julho de 1984, pelo Município de Ortigueira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



1 - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

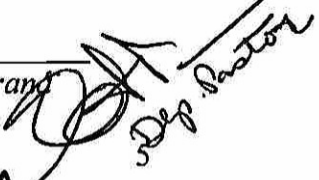

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

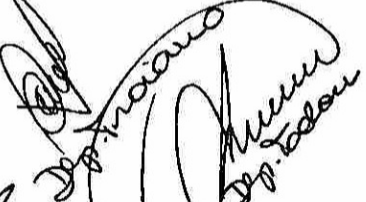
APROVADO

03.12.13 

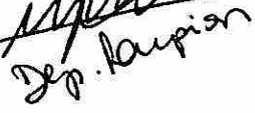
REGIME DE URGENCIA


Dep. Pastor


Dep. Aníbal


Dep. Luciano


Dep. Roldão


Dep. Raulino


Dep. Tassio


Dep. Henrique


Dep. Nereu


Dep. Carlos



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 699/2013

Projeto de Lei nº 699/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 168/2013

Súmula: Objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná –DER, a efetuar a reversão da doação, ao Município de Ortigueira, do imóvel e benfeitorias que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 699/2013, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 168/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem –DER, a efetuar a reversão da doação, ao Município de Ortigueira, no Estado do Paraná, de área constituída de 5.000,00 m², referente a parte do Lote nº 12- Patrimônio 38.974 e das benfeitorias nele encravadas: a) Oficia Mecânica em alvenaria com 130,56 m²- Patrimônio 39.730; b) Depósito de Lubrificantes em alvenaria com 23,76 m² - Patrimônio 39.738; c) Posto de Abastecimento em alvenaria com 8,80 m² - Patrimônio 39.748; d) Residência em alvenaria com 63,80 m² - Patrimônio 39.720, conforme Matrícula sob nº 9.814, do Serviço de Registro de Imóvel da Comarca de Telêmaco Borba-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 699/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Ortigueira no Estado do Paraná, com a reversão de um imóvel que hoje está em Poderes do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para manutenção do Escritório Regional do Vale do Ivaí. Porém com a retirada da BR 376 daquela área de conservação, em razão aos contratos de concessão e o segmento de estrada não pavimentada que restou, acabou não justificando-se a manutenção do Escritório local, hoje localizado neste imóvel que voltaria a ser de posse do Município de Ortigueira para fins de utilização da Administração Pública



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Municipal. A área a que se refere será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que com a parceria e compreensão do DER, fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que "*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral*", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 699/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 168/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 699/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Ortigueira, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 699/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de dezembro de 2013.*

Elton Welter
Adelino Ribeiro
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
TERCÍLIO TURINI
Relator
Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 700/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a doação, ao Município de Almirante Tamandaré, do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Almirante Tamandaré, do imóvel sob Matrícula nº 9.163, do Registro de Imóveis da Comarca de Almirante Tamandaré, constituído pela Chácara 22, Planta Parque São Jorge, Cachoeira, no Município de Almirante Tamandaré, com área total de 16.275,36 m², contendo edificação.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para serviços públicos municipais, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município deverá proceder a devida regularização cartorial, no prazo máximo de um ano, retornando o bem ao patrimônio do Estado em caso de descumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 169 /2013

Curitiba, 29 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.

Em, 02 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 02/12/2013

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Almirante Tamandaré, do imóvel sob Matrícula nº 9.163, do Registro de Imóveis da Comarca de Almirante Tamandaré, constituído pela Chácara 22, Planta Parque São Jorge, Cachoeira, no Município de Almirante Tamandaré, com área total de 16.275,36 m², contendo edificação.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, exclusivamente, para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto e que retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa da prevista, ou seja, descumprimento do encargo.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "**REGIME DE URGÊNCIA**" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
RMLM/Prot. 12.033.147-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:54 02/12/2013 010392 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER AO PROJETO DE LEI N° 700/2013

Projeto de Lei n.º 700/2013

Autores: Poder Executivo

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Almirante Tamandaré, do imóvel que especifica.

EMENTA: PROJETO AUTORIZATÓRIO. DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA E INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

Trata-se de *Mensagem* n.º 169/2013 convertida em *Projeto de Lei* n. 700/2013 de autoria do Poder Executivo que autoriza o referido poder a efetuar a doação de imóvel de 16.275,36 m² ao Município de Almirante Tamandaré para utilização com fins exclusivos de serviço público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre o tema, importante observar que os imóveis estão dispostos no rol de bens do Estado, conforme segue:

Art. 8º Incluem-se entre os bens do Estado:

(...)

IV - os rendimentos decorrentes das atividades e serviços de sua competência e da exploração dos bens móveis e imóveis de seu domínio.

Ainda, estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual que:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Importante frisar o entendimento em relação a competência para legislar sobre matéria que afeta a administração pública, onde se insere a gestão do patrimônio público, ser de competência exclusiva do Governador do Estado, conforme art. 87, VI:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

Assim, ao abordarmos uma proposição que trate da doação de imóvel estadual, vislumbra-se que o Chefe do Poder Executivo é quem detém a



competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela, razão que impõe o reconhecimento da constitucionalidade da presente proposição legislativa.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de Dezembro de 2013.

BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR

REGIME DE URGENCIA

APROVADO

03.12.12

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI
PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE, S/N.º, GABINETE 802, CENTRO CÍVICO, 80530-911, CURITIBA, PR | + 55 41 3350-4298



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 700/2013

Projeto de Lei nº 700/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 169/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Almirante Tamandaré, do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 700/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 169/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Almirante Tamandaré, no Estado do Paraná, para fins de utilização da administração pública municipal, de área constituída pela Chácara 22, Planta Parque São Jorge Cachoeira, no Município de Almirante Tamandaré, com área total de 16.275,36 m², contendo edificação, conforme Matrícula sob nº 9.163, do Registro de Imóveis da Comarca de Almirante Tamandaré-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 700/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Almirante Tamandaré no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios pelo bem comum de todos:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios –
Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão atrelado ao interesse público, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 700/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 169/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigo 6º da Lei Estadual nº 15.608/07)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de maneira específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 700/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Bernardo Ribas Carli, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Almirante Tamandaré, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 700/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

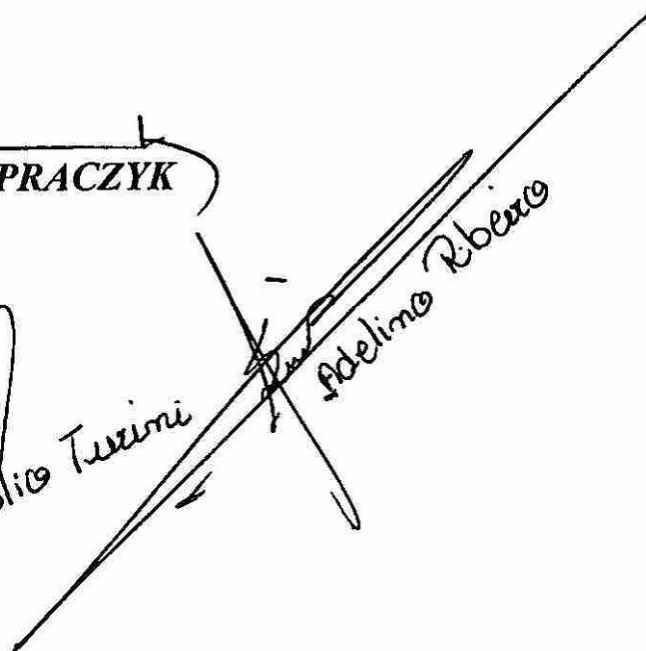
Sala das Comissões em 09 de dezembro de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


PASTOR EDSON PRACZYK
Relator


Elton Welter


Tercílio Turini


Adelino Ribeiro



PROJETO DE LEI 701/13



Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Tomazina.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Tomazina, do imóvel sob Transcrição das Transmissões nº 15.244 do Registro de Imóveis daquela Comarca, constituído por área de 812,00 m², situada na Rua Xavier da Silva, naquele Município, contendo edificação.

Art. 2º O imóvel em questão fica gravado com cláusula de inalienabilidade e será destinado, exclusivamente, ao funcionamento de Centro de Referência de Assistência Social, retornando ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de utilização diversa.

Art. 3º O Município fica responsável por todos os atos cartoriais decorrentes, cuja regularização deverá ser feita no prazo máximo de um ano, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de novembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 170 /2013.

Curitiba, 29 de novembro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 02 DEZ 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 02/12/2013

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Tomazina, do imóvel sob Transcrição das Transmissões nº 15.244 do Registro de Imóveis daquela Comarca, constituído por área de 812,00 m², situada na Rua Xavier da Silva, naquele Município, contendo edificação.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado exclusivamente ao funcionamento de Centro de Referência de Assistência Social.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que o Município ficará responsável por todos os atos cartoriais decorrentes e que a regularização cartorial do referido bem deverá ser feita no prazo máximo de um ano, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.200.749-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:54 02/12/2013 010393 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 701/2013

Projeto de Lei nº 701/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 170/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Tomazina.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE TOMAZINA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 170/2013, visa efetuar a doação ao município de Tomazina, do imóvel sob Transcrição nº 15.244, do Registro de Imóveis da Comarca de Tomazina, constituído pela área de 812,00 m², situado na Rua Xavier da Silva, naquele município, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

○ Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

○ CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.

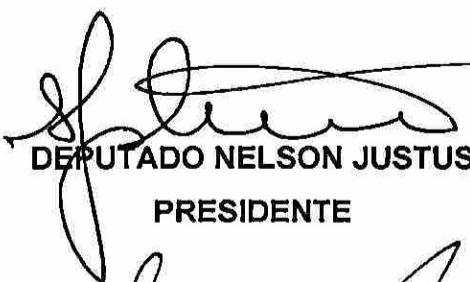
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

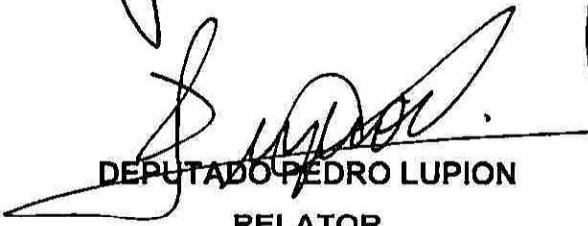
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


Dep. Sampaio


Dep. Traiano



Dep. Hermes


Dep. Taurino


Dep. Carlos


Dep. Schick

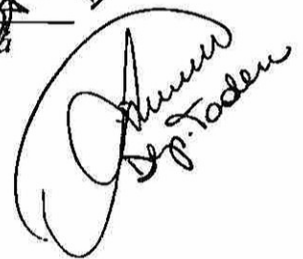

Dep. Aini

APROVADO
03.12.13 


Dep. Bastos

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Deane


Dep. Tadeu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 701/2013

Projeto de Lei nº 701/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 170/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Tomazina.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 701/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 170/2013**, objetiva efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Tomazina no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída de 812,00 m², situada na Rua Xavier da Silva, naquele Município, contendo edificação, conforme Transcrição das Transmissões nº 15.244.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 701/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Tomazina no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para o funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social do Município, atendendo diretamente aos interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios pelo bem comum de todos:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios –
Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 701/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 170/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 701/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Tomazina, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



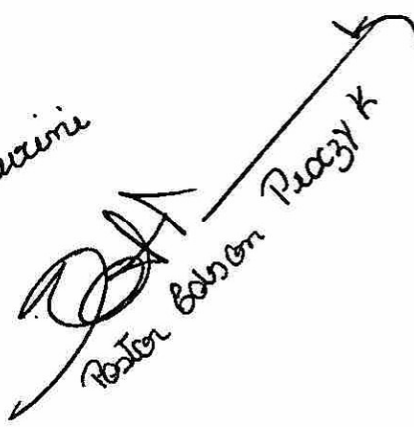
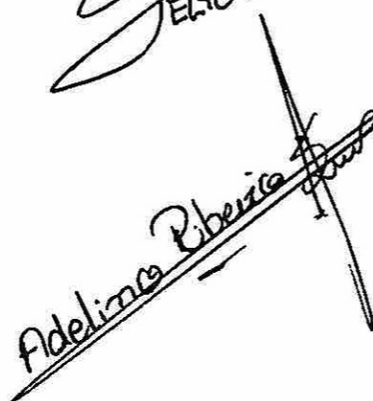


Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 701/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de dezembro de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


TERUO KATO
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 724/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Sengés.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Sengés, do imóvel sob a Transcrição das Transmissões nº 2.719, do Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, constituído por terreno urbano com área de 2.379,00 m², contendo edificação, localizado na Rua Vereador Antônio Gonçalves de Castro, 325, no Município de Sengés.

Art. 2º O imóvel em questão fica gravado com cláusula de inalienabilidade e será destinado, exclusivamente, a serviços e projetos da área educacional municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo máximo de um ano para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Palácio do Governo, em 03 de dezembro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM
Nº 173 /2013

Curitiba, em 03 de dezembro de 2013.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 DEZ. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente

I – À DAP para leitura no expediente;

II – À DL para providências.

Em 03/12/13

Presidente

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
do Governador

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Sengés, do imóvel sob a Transcrição das Transmissões nº 2.719, do Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, constituído por terreno urbano com área de 2.379,00 m², contendo edificação, localizado na Rua Vereador Antônio Gonçalves de Castro, 325, no Município de Sengés.

A presente proposta atende ao interesse público, pois o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para serviços e projetos da área educacional municipal.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo máximo de um ano para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo também retornará ao patrimônio do Estado.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito “REGIME DE URGÊNCIA” para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.246.236-8



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 724/2013

Projeto de Lei nº 724/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 173/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Sengés.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE SENGÉS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ANÁLISE PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 173/2013, visa efetuar a doação ao Município de Sengés, do imóvel sob Transcrição nº 2.719, do Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, constituído pela área de 2.379,00 m², situado na Rua Vereador Antônio Gonçalves de Castro, 325, naquele município, de propriedade do Estado do Paraná.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



licitação na modalidade de concorrência,
dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para
outro órgão ou entidade da administração
pública, de qualquer esfera de governo,
ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a
competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do
mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme
artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na
Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de
legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de
Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por
estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica
legislativa.

Sala das Sessões em

Turini
Dep. Caci

Dep. Tadeu
Dep. Tadeu

Dep. Tadeu
Dep. Tadeu

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
Presidente

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI
Relator

Dep. Tadeu
Dep. Tadeu

Dep. Tadeu
Dep. Tadeu

Dep. Tadeu
Dep. Tadeu

APROVADO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 724/2013

Projeto de Lei nº 724/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 173/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Sengés.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 724/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 173/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Sengés, no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração pública municipal. O imóvel a ser doado está contemplado pelo terreno urbano com área de 2.379,00 m², contendo edificação, localizado na Rua Vereador Antônio Gonçalves de Castro, 325, no Município de Sengés, conforme Transcrição das Transmissões nº 2.719, do registro de Imóveis da Comarca de Sengés-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 724/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Sengés, no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel a ser utilizado exclusivamente para a execução de serviços e projetos da área educacional municipal. Uma área que será utilizada apenas em benefício próprio da população, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município e incentivo à educação, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 1º, em que destaca a Competência do Estado em parceria com a União e os Municípios pelo bem comum de todos:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I – O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II – A defesa dos direitos humanos;

(...)

(Sessão I – Da Organização do Estado e dos Municípios – Artigo 1º – § I e II- Constituição do Estado do Paraná)

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 724/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 173/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 724/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Sengés, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 724/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de dezembro de 2013.

FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Tercílio Turini

JONAS GUIMARÃES
Relator

Teruo Kato

Adelino Ribeiro